



#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

#### **TRIBUNAL PLENO**

Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo

**Presidente** 

Des. Otávio Leão Praxedes

**Vice-Presidente e Corregedor** 

Des. Paulo Zacarias da Silva

Juiz de Direito

Desa. Maria Valéria Lins Calheiros

Juíza de Direito

Des. José Donato de Araújo Neto

Juíz Federal

Des. Hermann de Almeida Melo

Jurista

Des. Eduardo Antônio de Campos Lopes

Jurista

Filipe Lôbo Gomes

**Diretor-Geral** 

**CONSOLIDAÇÃO E ORGANIZAÇÃO** 

Ney Willer Santos Silva da Palma

Assessor de Gestão Estratégica

Renato Floering Tavares

Assistente de Gestão Estratégica

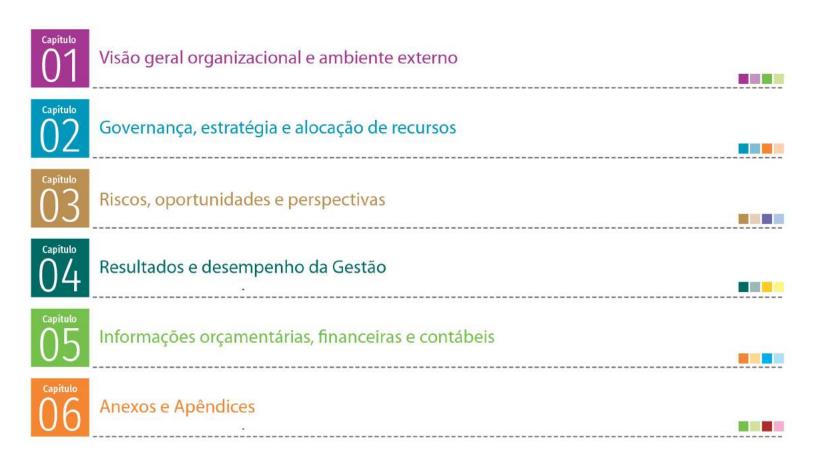
Heberth Henrique Araújo Pinheiro

Assistente de Gestão Estratégica

# Relatorio integrado 2019

# **Bem-vindos**

Este é o Relatório de Gestão do TRE Alagoas



Boa leitura!



### Mensagem do dirigente máximo da Unidade



oi com o objetivo de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1°, inciso II) que o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas assumiu, para o atual quinquênio, os desafios de observar práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa, bem como manter uma conduta institucional proba, garantir a legitimidade do sistema eleitoral, iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho, valorizar o corpo funcional e promover a humanização nas relações de trabalho, aperfeiçoar a gestão dos gastos públicos e implantar mecanismos informatizados na tramitação dos atos administrativos e judiciais.

Os desafios são de grande envergadura, especialmente no contexto administrativo e orçamentário posterior à EC 95, que impôs severas restrições aos gastos públicos e limitou consideravelmente o provimento de cargos públicos vagos.

Ressalte-se, por outro lado, que o esforço coletivo de todos os membros, servidores e colaboradores tornou possível a minoração dos obstáculos e a implementação de consistentes avanços nas diversas frentes de atuação listadas acima.

Estabelecidas as premissas supra, passarão a ser apresentados as ações realizadas no âmbito desta Corte e os resultados obtidos, tendo este relatório sido produzido com aplicação do pensamento coletivo e com relação ao qual reconheço a integridade, fidedignidade, precisão e completude.

Foram desenvolvidas ações voltadas às práticas socioambientais sustentáveis, tendo o Núcleo Socioambiental realizado campanhas com foco na conscientização sustentável, seja por intermédio de mensagens aos servidores ou mesmo realização de atividades com este viés, a exemplo da campanha de recolhimento de livros, revistas, gibis, DVD's e da feira orgânica de produtos certificados.



No que toca à garantia dos direitos da cidadania, a Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas desenvolveu ações de caráter pedagógico e/ou relacionadas à conscientização do eleitor acerca da cidadania e da importância do voto, no âmbito dos Projetos Eleitor Jovem e Eleitor do Futuro, envolvendo as equipes pedagógicas das instituições de ensino que sediaram os eventos e autoridades deste Tribunal, contendo temas versando sobre a democracia, eleições limpas e voto consciente, dentre outros.

Objetivando o fortalecimento da segurança do processo eleitoral, houve em 2019 um incremento na divulgação de matérias sobre segurança da votação e de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação.

Em busca do aprimoramento da ocupação imobiliária, foram promovidas melhorias nas instalações e espaços dos cartórios eleitorais, através de locação, restauração, realização de adaptações, respeitando, inclusive, as necessárias normas de acessibilidade.

Houve o aprimoramento da "Transparência" no portal eletrônico do Tribunal, melhorando a comu-

nicação não apenas para a sociedade, mas também, para seu público interno, a partir da ampliação da divulgação das informações institucionais, relativas às licitações e contratos; receitas e despesas; execução orçamentária e financeira; remunerações, diárias e passagens; prestação de contas, auditorias e inspeções; indicadores de desempenho, metas e resultados; programas, ações, projetos e obras, assim como ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico.

Em reconhecimento ao esforço empreendido, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas foi laureado pelo Conselho Nacional de Justiça com a 2ª colocação na segunda edição do Ranking da Transparência entre todos os Tribunais e Conselhos do País.

Com relação à melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação, ressalte-se a contínua ampliação do rol de ferramentas e sistemas em uso com vistas ao aperfeiçoamento da ação administrativa, com priorização do item segurança da informação, para atender aos serviços ofertados on-line tanto para os usuários internos (servidores, magistrados) quanto aos externos (eleitores e demais instituições). Dando continuidade à política de processamento totalmente eletrônico dos feitos judiciais, o software Processo Judicial Eletrônico – Pje, já implantado no 2º grau de jurisdição no ano anterior, foi estendido ao 1º grau de jurisdição, passando a ser obrigatório o seu uso no âmbito de todas as zonas eleitorais do estado.

Trata-se de medida que muito contribui para a otimização da prestação jurisdicional, bem como para a redução do consumo de recursos ambientais, o que, certamente, trará positivas repercussões para o pleito vindouro nos 102 (cento e dois) municípios alagoanos.

É de se destacar o desempenho da Corte no cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, podendo ser mencionado que quanto à Meta Nacional nº 4 (priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais), foram atingidos os percentuais de 114,29% e 133,33% de cumprimento, respectivamente, no 1º e no 2º graus de jurisdição.



No ano de 2019 o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas foi premiado na categoria ouro do Prêmio CNJ de Qualidade, instrumento este estabelecido com a finalidade de estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

Para os próximos exercícios, a perspectiva é de que permaneça o atual cenário orçamentário restritivo, impactando fortemente a necessidade de recomposição da força de trabalho do Tribunal. Ademais, as restrições orçamentárias também têm impacto negativo profundo nos investimentos em infraestrutura imobiliária, dificultando ou mesmo inviabilizando as aquisições de imóveis anteriormente planejadas, a exemplo daquele destinado à nova Sede da Secretaria do Tribunal.

Ante este cenário de incertezas, impõe-se o desafio de se promover a gestão patrimonial racional, garantindo a manutenção dos imóveis, bem como sua permanente fiscalização, sem gastos adicionais. O Tribunal também continuará voltado à redução de gastos com energia e água/esgoto, com atendimento aos parâmetros socioambientais formalmente instituídos no Plano de Logística Socioambiental, mantendo-se os resultados positivos já alcançados no presente exercício.

Em resumo, com otimismo quanto ao futuro e por meio da consolidação de processos de gestão cada vez mais eficientes, espera-se continuar entregando à sociedade os resultados dos relevantes serviços prestados pela Justiça Eleitoral, na qualidade de garantidora da mais ampla e democrática participação do povo na escolha de seus representantes.

Pedro Augusto Mendonça de Araújo
Presidente do TRE de Alagoas

## Sumário

0	<b>Capítulo 1</b> Visão geral organizacional
	e ambiente externo

MISSÃO, VISÃO E VALORES15
NEGÓCIO (O QUE FAZEMOS?)16
MISSÃO (PARA QUE EXISTIMOS)16
VISÃO DE FUTURO (O QUE QUEREMOS)16
MAPA ESTRATÉGICO16
CADEIA DE VALOR17
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA19
DIVISÃO DO ESTADO DE ALAGOAS EM ZONAS ELEITORAIS20
PERFIL DOS MEMBROS E DIRIGENTES21
TRIBUNAL PLENO21
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA22
AMBIENTE EXTERNO E INTERNO23
IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO24



# **Capítulo 2**Governança, estratégia e alocação de recursos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO26		
ALOCAÇÃO DE RECURSOS26		
GESTÃO DA ESTRATÉGIA26		
GOVERNANÇA27		
MODELO DE GOVERNANÇA E SUAS ESTRUTURAS27		
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-AL28		
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA		
DO TRE-AL28		
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-AL28		
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA NO TRE-AL28		
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA NO TRE-AL28 MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA		
·		
MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA		
MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO LEVANTADOS PELO TCU29		
MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO LEVANTADOS PELO TCU29 RESULTADO GERAL DA AUTOAVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EM		
MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO LEVANTADOS PELO TCU		



#### Capítulo 3 Riscos, oportunidades e perspectivas

O QUE É RISCO?	33	
O QUE ESSE TÓPICO DEVERIA DESCREVER?	33	
MEDIDAS ADOTADAS EM 2019 PARA IMPLEMENTAÇÃO D	A POLÍTICA	
DE GESTÃO DE RISCOS34		
QUANTO ÀS MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE/AL DURANT	TE O ANO	
DE 2019, TIVEMOS:	34	

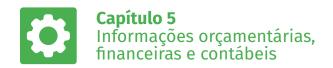


E	ESULTADOS DA GESTÃO	
	RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
	E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO	38
	OBJETIVO ESTRATÉGICO - CELERIDADE E PRODUTIVIDADE	
	NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	39

	OBJETIVO ESTRATEGICO - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO
	PROCESSO ELEITORAL40
	OBJETIVO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS40
	OBJETIVO ESTRATÉGICO - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE
	CUSTOS40
	OBJETIVO ESTRATÉGICO - INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA
	JUDICIÁRIA40
	OBJETIVO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E
	GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO41
	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ATRELADAS AOS MACRODESAFIOS42
	INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS
	AOS OBJETIVOS42
	PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE43
	DESAFIOS E INCERTEZAS44
	PERSPECTIVA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS44
GE	STÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA45
	DA DISTRIBUIÇÃO NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA46
	DOS ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS ORÇAMENTÁRIOS46
	DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA46
	DOS LIMITES FINANCEIROS47
	DA MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR47

	DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS RESTOS A PAGAR48
	DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO FINDO DE
	201948
	ESTÃO DE PESSOAS48
GES	CONFORMIDADE LEGAL48
	APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE48
	INDICADORES ESTRATÉGICOS49
GES	AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO49
	ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS50
	DETALHAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL51
	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA52
	AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA53
	CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS53
	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS53
sus	AÇÕES FUTURAS54
	ESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS54
	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO54
	CONTRATAÇÕES DIRETAS – JUSTIFICATIVAS55
	CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM 201955
	JUSTIFICAM-SE AS CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES PELA
	NECESSIDADE DE:55

	CONFORMIDADE LEGAL	5
	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	5
	DESAFIOS, FRAQUEZAS E RISCOS NA GESTÃO DE LICITAÇÕES	
	E CONTRATOS	5
GE	STÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	5
	INFRAESTRUTURA MOBILIÁRIA	5
	PRINCIPAIS DESAFIOS:	5
GE	STÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5
	CONFORMIDADE LEGAL	5
	MODELO DE GOVERNANÇA DE TI	5
	MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI	5
	CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI	5
	PRINCIPAIS INICIATIVAS – SISTEMAS E PROJETOS	60
	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	6
SU	STENTABILIDADE AMBIENTAL	6
	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E	
	AQUISIÇÕES	6
	ENERGIA ELÉTRICA	6
	ÁGUA E ESGOTO	6
	PAPEL	6



IN	IFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS	
Al	PRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
	BALANÇO PATRIMONIAL	6
	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6
	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD'S) PAGAS	
	ANTECIPADAMENTE	6
	IMOBILIZADO	6
	INTANGÍVEL	6
	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	6
	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊN	ICI
	A PAGAR A CURTO PRAZO	6

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD'S) PAGAS
ANTECIPADAMENTE64
IMOBILIZADO64
INTANGÍVEL65
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS65
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAS
A PAGAR A CURTO PRAZO66
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO66
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO66
RESULTADO DO EXERCÍCIO66
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES66
NOTAS EXPLICATIVAS67
INFORMAÇÕES GERAIS67
NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE67
DOMICÍLIO DA ENTIDADE67

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES
DA ENTIDADE67
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E
POLÍTICAS CONTABÉIS SIGNIFICATIVAS67
MOEDA FUNCIONAL67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA67
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO67
ESTOQUES67
VPD'S PAGAS ANTECIPADAMENTES68
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO68
IMOBILIZADO68
INTANGÍVEL68
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃOOU EXAUSTÃO DE
BENS MÓVEIS68
DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS68
PASSIVO68
APURAÇÃO DO RESULTADO68
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO70
RECEITA70
DESPESA70
BALANÇO FINANCEIRO70
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS70
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS70
PAGAMENTOS DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 71

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	71
ATIVIDADES OPERACIONAIS - INGRESSOS	71
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO - DESEMBOLSOS	71
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	71
GESTÃO DE CUSTOS	72
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	77
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	78
BALANÇO PATRIMONIAL	79
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	80
BALANÇO FINANCEIRO	83
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	84
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	87
DEMONSTRAÇÕES	90
INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DA	UPC90
CONCLUSÕES DE AUDITORIAS INDEPENDENTES E/OU DOS	ÓRGÃOS
DE CONTROLE PÚBLICO E AS MEDIDAS ADOTADAS EM REL	AÇÃO A
CONCLUSÕES OU EVENTUAIS APONTAMENTOS	91
ACESSO PÚBLICO ÀS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICAT	ſIVAS91



<b>GLOSSÁRIO</b>	
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA93	
ACHADO93	
ACTIVE DIRECTORY93	
ALTA ADMINISTRAÇÃO93	
ATIVIDADES DE CONTROLES93	
BACKUP93	
BACKBONE SECUNDÁRIO93	
BALANÇO FINANCEIRO93	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO93	
BALANÇO PATRIMONIAL93	
BANCO DE DADOS94	
BENS PERMANENTES94	
DOWNTIME94	
FIREWALL94	
FLUXO DE CAIXA94	
FORÇA DE TRABALHO94	
GERENCIAMENTO DE RISCOS94	
GOVERNANÇA94	

INDICADORES DE DESEMPENHO94
LICITAÇÃO94
MERITOCRACIA95
MONITORAMENTO95
OBJETO95
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS95
PARECER95
PARQUE TECNOLÓGICO95
PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC)95
PLANO ORÇAMENTÁRIO95
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS95
POSTOS DE ATENDIMENTO95
PREGÃO95
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO96
PROGRAMA TEMÁTICO96
QUALIDADE DE VIDA96
RESTOS A PAGAR96
RISCO96
RISCO INERENTE96
STORAGE96
SERVIDOR EFETIVO96

UNIDADE SETORIAL .....

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELOS
RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA, CONFORME ESTABELECE A
ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO DO IIRC..97



## AZ Lista de Siglas e Abreviações

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES			
AAMO	Assessoria de Assistência Médica e Odontológica;		
AAU	Assessoria de Auditoria;		
ABR	Auditoria Baseada em Riscos;		
AC	Assessoria-Chefe;		
ACAGE	Assessoria de Contas e Apoio à Gestão;		
ACS	Assessoria de Comunicação Social;		
AEP	Assessoria Especial da Presidência;		
AGE	Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral;		
AJPRES	Assessoria Jurídica da Presidência;		
AJPRES	Assessoria Jurídica da Presidência;		
AJ-DG	Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;		
APG-SGP	Assistência de Planejamento e Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas;		
APG-SAD	Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria de Administração;		
APG-STI	Assistência de Planejamento e Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação;		
APO	Align, Plan and Organise (Alinhar, Planejar e Organizar);		
ASFC	Assessoria de Supervisão e Fiscalização do Cadastro;		
ASI	Sistema Integrado de Gestão;		

ASJ	Assessoria da Secretaria Judiciária;
BAI	Build, Acuire and Implement (Construir, Adquirir e Implementar);
CARP	Coordenadoria de Acompanhamento e Registros Plenos;
CGE	CCorregedoria-Geral da Justiça Eleitoral;
CGJ	Corregedoria Geral de Justiça;
CMMI	Capability Maturity Model Integration;
CNJ	Conselho Nacional de Justiça;
COINF	Coordenadoria de Infraestrutura;
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology;
COCIN	Coordenadoria de Controle Interno;
CCIA	Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria;
CODES	Coordenadoria de Desenvolvimento;
COFIN	Coordenadoria Orçamentária e Financeira;
CSCOR	Coordenadoria de Soluções Corporativas;
COJUR	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação;
COMAP	Coordenadoria de Material e Patrimônio;
COPES	Coordenadoria de Pessoal;
COSEG	Coordenadoria de Serviços Gerais;

coso	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway);		
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral;		
CRPACF	Coordenadoria de Registros Partidários Autuação e Controle de Feitos;		
CSELE	Coordenadoria de Sistemas Eleitorais;		
CARP	Coordenadoria de Acompanhamento e Registros Plenários;		
DEJEAL	Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas;		
DG	Diretoria-Geral;		
DSS	Deliver, Service and Support (Entregar, Servir e Suportar);		
EDM	Evaluate, Direct and Monitor (Avaliar, Dirigir e Monitorar);		
e-MAG	Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico;		
EJE	Escola Judiciária Eleitoral;		
GCRE	Gabinente da Corregedoria Regional Eleitoral;		
GPRES	Gabinete da Presidência;		
GDG	Gabinete da Diretoria-Geral;		
GSJ	Gabinete da Secretaria Judiciária;		
GSAD	SGabinete da Secretaria de Administração;		
GSGP	Gabinente da Secretaria de Gestão de Pessoas;		
GSTI	Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação;		
GTA	Grupo de Trabalho de Auditoria Integrada;		
IIRC	International Integrated Reporting Council;		



## AZ Lista de Siglas e Abreviações

IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo;		
ITIL	Information Technology Infrastructure Library;		
IIA	Instituto dos Auditores Internos;		
IN	Instrução Normativa;		
IPPF	International Professional Practices Framework (Estrutura de Práticas Profissionais Internacionais);		
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normatização);		
ITIL	Information Technology Infrastructure Library (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação);		
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias;		
MEA	Monitor, Evaluate and Assessoria (Monitorar, Avaliar e Medir);		
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica;		
ОВ	Ordem Bancária;		
OFSS	Orçamento Fiscal da Seguridade Social;		
PAC	Plano Anual de Capacitação;		
PPA	Plano Plurianual;		
PJe	Processo Judicial Eletrônico;		
PBRM	Plan, Build, Run and Monitor (Planejar, Construir, Executar e Monitorar);		
PMO	Project Management Office (Escritório de Gerenciamento de Projeto);		
РМВОК	Project Management Body of Knowledge (Conhecimentos sobre a Administração de Projetos);		

RAE	Reunião de Análise da Estratégia;
SAD	Secretaria de Administração;
SADP	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos;
SAFG	Seção de Avaliação e Fiscalização da Gestão;
SCI	Secretaria de Controle Interno e Auditoria;
SEI	Sistema Eletrônico de Informações;
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas;
SF	Suprimento de Fundos;
SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos;
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;
SICEL	Sistema de Correições e Inspeções Eleitorais;
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios;
SIEL	Sistema de Informações Eleitorais;
SIGEC	Sistema de Gerenciamento de Custos;
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal;
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões;
SJ	Secretaria Judiciária;
SPM	Seções de Processos dos Membros;

SOF	Secretaria de Orçamento Federal;
SOF/TSE	Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior Eleitoral;
SpiuNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União;
SPU	Secretaria do Patrimônio da União;
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação;
STN	Secretaria do Tesouro Nacional;
TCU	Tribunal de Contas da União;
TI	Tecnologia da Informação;
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação;
TRE	Tribunal Regional Eleitoral;
TSE	Tribunal Superior Eleitoral;
UG	Unidade Gestora;
UGO	Unidade de Gestão Orçamentária;
UO	Unidade Orçamentária;
UPC	Unidade Prestadora de Contas;
ZE	Zona Eleitoral.





#### MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Justiça Eleitoral foi instituída em 24/2/1932, por meio do Decreto nº 21.076 (Código Eleitoral), que criou os Tribunais Regionais Eleitorais de cada Unidade da Federação, sendo extinta em 1937.

No ano de 1945, através do Decreto-Lei 7.586, de 28 de maio, foram recriados o Tribunal Superior Eleitoral e um Tribunal Regional Eleitoral em cada Estado e no Distrito Federal.

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é órgão integrante do Poder Judiciário, conforme dicção do artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965) e em seu Regimento Interno (Resolução nº 15.933, de 26 de novembro de 2018).

A Justiça Eleitoral tem como modelo de negócio assegurar os meios que garantam à sociedade, no âmbito de sua jurisdição, a plena manifestação de sua vontade o que leva através do exercício do direito de votar e ser votado à plena consolidação do sufrágio universal e, assim, ao exercício da democracia.





#### NEGÓCIO (O QUE FAZEMOS?)

Administração do processo eleitoral no estado de Alagoas.

#### MISSÃO (PARA QUE EXISTIMOS)

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas tem a missão de assegurar os meios que garantam à sociedade, no âmbito de sua jurisdição, a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado, sendo declarada da seguinte forma: garantir a legitimidade do processo eleitoral.

## VISÃO DE FUTURO (O QUE QUEREMOS)

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

#### **MAPA ESTRATÉGICO**

#### Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral VISÃO DE FUTURO 2016 2021 Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança SOCIEDADE Garantia dos direitos de cidadania PROCESSOS INTERNOS Celeridade e Combate à Fortalecimento Corrupção e à produtividade da segurança Improbidade na prestação do processo administrativa jurisdicional eleitoral RECURSOS Melhoria da Melhoria da Instituição da Aperfeiçoamento Infraestrutura Governança gestão de de gestão e governança judiciária de tecnologia da pessoas de custos

informação

#### **CADEIA DE VALOR**

A Portaria nº 907, de 22 de dezembro de 2014 (publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas de 08/01/2015), e atualizações posteriores, dispõe sobre a gestão de processos e define a cadeia de valor do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Os Macroprocessos Finalísticos consubstanciam o conjunto de processos que geram produto ou serviço diretamente ao cliente externo.

O quadro a seguir ilustra as principais informações sobre os macroprocessos finalísticos da Justiça Eleitoral de Alagoas. Vejamos:

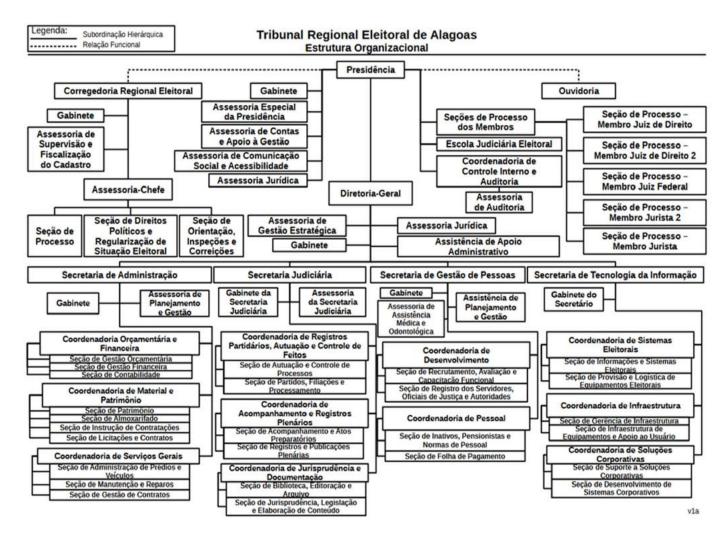




Macroprocessos	Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Cadastro Eleitoral	Qualificação e inscrição do cidadão para satisfazer as exigências legais para exercer o direito de voto, administração dos dados relativos a inscrições, movimentações e atualizações da situação do eleitor.		Eleitores, candidatos, partidos, políticos, advogados e a sociedade.	CRE e STI.
Cadastro Partidário	Garantir a inscrição de Partidos Políticos e respectiva habilitação de um Partido para inscrição de candidatos e Coligações, assegurando exclusividade da sua denominação.		Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	SJ e STI.
Processo Eleitoral	Planejamento e preparação, realização das Eleições, apuração dos votos e diplomação dos eleitos.	Eleições organizadas, integras e seguras.	Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	DG, CRE, SAD, STI e SJ.
Prestação Jurisdicional	Tem por objetivo julgar os processos que versam sobre matéria eleitoral de competência originária ou recursal.	matéria eleitoral	Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	SJ.
Relacionamento com a sociedade	Aprimorar a comunicação com a sociedade, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre os serviços, o papel, as ações e as iniciativas da Justiça Eleitoral, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.		Eleitores, candidatos, partidos políticos, advogados e a sociedade.	STI, SJ e CRE.

#### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA

A estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, prevista na Resolução TRE/AL nº 15.904 09/07/2018), pode ser visualizada no seguinte organograma:



#### **DIVISÃO DO ESTADO DE ALAGOAS EM ZONAS ELEITORAIS**

O Tribunal Regional Eleitoral de abrange 42 Zonas Eleitorais distribuídas pela Capital e interior do Estado, possuindo 2.202.115 (dois milhões, duzentos e dois mil, cento e quinze) Eleitores, todos cadastrados biometricamente.



#### **PERFIL DOS MEMBROS E DIRIGENTES**



#### TRIBUNAL PLENO

Da esquerda para a direita: Juiz da Corte- Doutor Eduardo Antônio de Campos Lopes, Des. Paulo Zacarias de Silva, Des. Corregedor- Otávio Leão Praxedes, Des. Presidente - Pedro Augusto Mendonça de Araújo, Procuradora Regional Eleitoral- Aldirla Pereira de Albuquerque, Desa. Maria Valéria Lins Calheiros, Juiz da Corte- José Donato de Araújo Neto e Juiz da Corte-Hermann de Almeida Melo.

#### **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**



Cliciane de Holanda Ferreira Calheiros

Secretária Judiciária



Carlos Henrique Tavares Méro
Secretário de Tecnologia
da Informação



Filipe Lôbo Gomes **Diretor-Geral** 



Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira

Secretária de Gestão de Pessoas



José Ricardo Araújo e Silva Secretário de Administração

#### AMBIENTE EXTERNO E INTERNO

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas possui importante e estratégica atuação na garantia dos meios capazes de possibilitar à sociedade, no âmbito de sua jurisdição, a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e de ser votado.

A atuação desta UPC abrange 42 Zonas Eleitorais distribuídas pela Capital e interior do Estado.

Os principais pontos que favorecem a atuação da UPC são a percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral pela sociedade, o alinhamento estratégico patrocinado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal Superior Eleitoral e a existência de cadastro biométrico para o total do eleitorado e a existência de um quadro funcional qualificado.

Dentre as ameaças já diagnosticadas anteriormente e que vem adquirindo proporções cada vez maiores, destacam-se o contingenciamento de recursos orçamentários e o cenário econômico desfavorável.

#### IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO

AMBIENTE	E INTERNO	AMBIENTE EXTERNO		
FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	
Recursos/infraestrutura tecnológicos dispníveis;	Redução da força de trabalho;	Percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral pela sociedade;	Emenda Constitucional 95/2016;	
Qualificação contínua dos servidores;	Baixo nível de maturidade na Gestão de Riscos;	Alinhamento estratégico patrocinado pelo CNJ (Resolução CNJ n° 70/2009 e 198/2014 e pelo TSE (Resolução n° 23.439/2015);	Baixo nível de consciência política da sociedade;	
Existência de adequados canais de comunicação para a população;	Gestão por competências inexistentes / deficiente;	Relacionamento institucional positivo entre o TRE-AL e o TSE;	Cenário Econômico desfavorável;	
Capilaridade da Justiça Eleitoral no Estado, representada pelas Zonas Eleitorais;	Morosidade dos processos e procedimentos administrativos	Celeridade da Justiça Eleitoral em relação aos demais segmentos de Justiça;	Inexistência de quadro próprio de magistrados;	
Comprometimento dos Servidores com a inst6ituição;		Tendência dos órgãos públicos em estabelecer acordos de colaboração entre si;	Fake News.	
Boa reputação com clientes (eleitores, candidatos, partidos políticos; existência;		Imagem positiva da prestação de Serviços Público em geral;		
Processo Administrativo Eletrônico;				
Implantação do PJe, no 2°grau;				
Programa de metas do CNJ.				

Governança, estratégia e alocação de recursos









#### **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O planejamento organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é orientado pelo Planejamento Estratégico, ciclo 2016-2021, instituído pela Resolução nº 15.636 de 12 de novembro de 2015.

O processo de elaboração do plano estratégico ocorreu dentro do contexto de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, conforme estabelecido pela Resolução 198, de 1º de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça.

No que diz respeito ao direcionamento institucional da UPC, observa-se que o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas tem como missão garantir a legitimidade do processo eleitoral, sendo sua visão de futuro a consolidação da credibilidade da Justica Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança.

Os atributos de valor, para a sociedade, considerados para a consecução da sua competência institucional, consubstanciam-se na celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade.

Para o alcance da visão de futuro foram estabelecidos 8 (oito) macrodesafios (objetivos estratégicos) no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os quais estão alinhados sob as perspectivas dos recursos, processos internos e sociedade.

#### **ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

O monitoramento dos resultados dos indicadores e da execução das iniciativas do Planejamento Estratégico é feito pelo Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa (Portaria TRE-AL nº 616 de 09 de dezembro de 2015) que conta com o Assessoramento da unidade de gestão estratégica da UPC, via Sistema de Acompanhamento da Estratégia. O Sistema de Gerenciamento da Estratégia, estabelecido nos mesmos moldes em que vigora no TSE, consiste em instrumento de gestão que objetiva sistematizar os procedimentos para promover o melhor acompanhamento do Planejamento Estratégico do Órgão.

Durante as Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) os membros do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, de posse dos resultados extraídos por meio da medição dos indicadores de desempenho, tem condições de deliberar de forma mais assertiva. Com base nas decisões são emitidos relatórios gerenciais (Relatório de Análise da Estratégia), facilitando o conhecimento sobre a execução do Plano Estratégico e propiciando a rápida tomada de decisão pela Alta Administração.

#### **GESTÃO DA ESTRATÉGIA**



Com o objetivo de favorecer o alcance dos objetivos estratégicos descritos, sobretudo no pequeno, médio e longo prazo, a Alta Administração da UPC procurou implementar adequações nas estruturas de pessoal, de tecnologia da informação e imobiliária.

Em 2019, foi estendida a aplicabilidade do sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje ao 1º grau de Jurisdição, o que irá permitir uma maior celeridade no trâmite das ações e da prestação jurisdicional, inclusive com relação às Eleições Municipais de 2020, mais precisamente referente aos processos de registro de candidatura, representações eleitorais e demais demandas judiciais que porventura venham a existir decorrentes dos ilícitos eleitorais.

Além disso, várias foram as aplicações implementadas no Tribunal, no ano de 2019, com o objetivo de trazer mais eficiência aos trabalhos desenvolvidos. Apenas a título de exemplo, o TRE-AL firmou convênio com o TRE-TO e passou a utilizar o sistema PAD-log que permite ao Tribunal balizar mecanismos de controle das atividades preparatórias às Eleições, conseguindo, através de uma alimentação dos seus usuários, apresentar à Administração um panorama das atividades desempenhadas e as que porventura ainda encontram-se pendentes de solução.

Vê-se, pois, que inobstante os eventos externos decorrentes, sobretudo, do cenário orçamentário restritivo vigente no País, o TRE-AL elaborou planejamen-

to minucioso destinada ao estabelecimento da logística a ser utilizada nos serviços disponíveis aos usuários.

#### **GOVERNANÇA**

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Referencial Básico TCU).

Enquanto a GESTÃO é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a GOVERNANÇA provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.



#### MODELO DE GOVERNANÇA E SUAS ESTRUTURAS

Conforme disposto no Referencial Básico de Governança, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União (www.tcu.org.br) "o sistema de governança de uma organização reflete a maneira como diversos atores organizam-se, interagem e procedem para obter boa governança".

Nesse sistema, algumas instâncias merecem destaque: as instâncias externas de governança; as instâncias externas de apoio à governança; as instâncias internas de governança; e as instâncias internas de apoio à governança.

# Vellore . Mamallapuram

#### PRINCIPAIS INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-AL

Congresso Nacional

Através da edição de leis que disciplinam o principal produto da Justiça Eleitoral que é realizar as Eleições.

Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Através da edição de resoluções que tem padronizado estrutura e procedimentos do judiciário, além do estabelecimento de metas anuais.

Tribunal de Contas da União – TCU

Através da prestação de contas anual, as quais estão submetidos todos os órgãos públicos federais.

## PRINCIPAIS INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA DO TRE-AL

- Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (Portaria nº 138 de 23/08/2013);
- Rede de Governança da Justiça Eleitoral: (Comitê Gestor e os Subcomitês Gestores)
   Instituída pela Portaria do TSE nº 352, de 11

de abril de 2018, é constituída pelos assessores de planejamento e gestão do TSE e dos 27 tribunais regionais eleitorais.

#### PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-AL

Integram a estrutura interna de governança do TRE-AL a cúpula da organização, composta pelo Plenário; Alta Administração (Presidência, Corregedoria e Diretoria-Geral) e o Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa.

Convém ressaltar que a estrutura do Tribunal inclui como Órgão máximo deliberativo seu Plenário, que pode rever, inclusive, decisões de ordem administrativa da Presidência.

As decisões administrativas ficam a cargo da Presidência, conforme disciplina o art. 18 do Regimento Interno (Resolução nº 15.933, de 26 de novembro de 2.018.

No âmbito do TRE/AL a Portaria nº 616, de 09 de dezembro de 2015 (e alterações posteriores) dispõe sobre a Estrutura de Governança Corporativa, institui

o Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa, os Comitês e as Comissões setoriais, estabelecendo sua composição e sua competência.

Ao Conselho compete monitorar resultados e manifestar-se prepositivamente acerca da gestão estratégica, da governança corporativa, das políticas organizacionais, projetos corporativos, processos organizacionais, gestão de resultados, gestão de riscos, fixação das metas e objetivos estratégicos, além de outros temas correlatos à natureza de sua competência.

#### PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA NO TRE-AL

Atuam como instâncias de apoio à Governança a Corregedoria Regional Eleitoral, a Ouvidoria, a Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral, a Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, comitês, comissões e outras unidades administrativas.

Outrossim, a Resolução nº 15.732/2016 dispõe sobre a Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e estabelece o Comitê

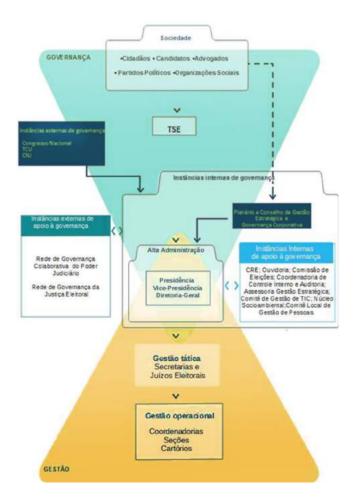
# Vellore . Mamallapuram

de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGVTIC.

O Comitê de Governança de TIC é composto pelo Presidente do Tribunal, Corregedor Regional Eleitoral, Juiz Eleitoral Diretor do Foro da Capital, Diretor-Geral do Tribunal, Secretário de Administração, Secretário Judiciário e Secretário de Tecnologia da Informação, cabendo-lhe, dentre outras atribuições: definir princípios e diretrizes que orientem a forma de utilização da TIC no TRE-AL.

Convém assinalar, por fim, que, no âmbito da Justiça Eleitoral, a ação administrativa é orientada em sistemas, cujos órgãos centrais serão as respectivas unidades do Tribunal Superior Eleitoral, conforme estabelece a Lei Federal n.º 8.868/1994. Assim, os serviços do Tribunal incumbidos das atividades são considerados integrados ao respectivo sistema e ficam, consequentemente, sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema (TSE), sem prejuízo da subordinação hierárquica aos dirigentes dos órgãos em cuja estrutura administrativa estiver integrado.

A figura a seguir representa, de forma simplificada, o Sistema de Governança do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas:



#### MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO LEVANTADOS PELO TCU

Um ponto digno de nota é o fato de que, nos últimos exercícios, este Regional respondeu aos questionários de avaliações da governança e da gestão aplicados pelo Tribunal de Contas da União, os quais sensibilizaram e orientaram os esforços de aperfeiçoamento institucional, com o objetivo de incrementar a eficiência e garantir a obtenção dos resultados planejados.

Convém registrar, que a partir de 2017, o TCU, considerando que a governança e a gestão perpassam todas as funções organizacionais, unificou quatro levantamentos de governança (pessoas, TI, contratações e governança pública) realizados com foco nas organizações públicas, em um único índice integrado de governança e gestão públicas, o iGG, adotando-o como parte integrante do processo de prestação de contas anuais.

O questionário de autoavaliação foi dividido nos seguintes temas e respectivas práticas e/ou agregadores:

- Governança: Liderança; Estratégia; e Accountability;
- b) Operações: Gestão de Pessoas; Gestão de TI; e Gestão de Contra-tações; e
- Resultados finalísticos.

Vê-se, pois, que o iGG é composto pelo índice de governança pública, de governança e gestão de pessoas, de governança e gestão de TI, de governança e gestão de contratações e pelo índice de resultados. Esses indicadores, por sua vez, são calculados a partir das práticas adotadas ou não nos órgãos, relacionadas aos respectivos temas.

Impede-se ressaltar que, ao consultar os resultados do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública - ciclo 2018, disponibilizados pelo TCU, identificou-se que o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas obteve bons resultados na grande maioria dos índices que compõem o iGG, comparado com as demais organizações públicas do agrupamento do qual faz parte.

Ressalte-se, ademais, que em 2019 o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas recepcionou o Acórdão Nº

588/2018 - TCU – Plenário, fruto do "Questionário de Levantamento Integrado de Perfil de Maturidade em Governança" aplicado em 2018, que atualizou o diagnóstico referente ao ano de 2017 e deverá permitir um novo e um seguro redirecionamento das ações e projetos no final do ciclo estratégico vigente, envolvendo as várias áreas de gestão e as instâncias de governança, a fim de alavancar os resultados institucionais para a sociedade.

O material do questionário passou a ser fonte de consulta, análise, tratamento e implantação por parte das áreas deste órgão, nos termos publicados no endereço: http://www.tre-al.jus.br/o-tre/governanca-corporativa/governanca-corporativa/.

Tomando como parâmetro tais estudos, a Alta Administração do Tribunal promoveu o incremento de diversas melhorias na estrutura de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, fato que resultou no alcance da 4ª posição no iGov-TIC-JUD 2019, aferido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, dentre os demais Tribunais do Segmento de Justiça (TREs), e que certamente refletirá em um desempenho ainda melhor no próximo resultado da avaliação de governança do TCU.

Por outro lado, o perfil de governança e gestão de contratações teve especial atenção por parte dos dirigentes deste Tribunal, o que ensejou, inclusive, a modificação da estrutura organizacional do órgão de modo a albergar unidade específica de gestão de contratações, permitindo empregar modernas técnicas de gestão para promover maior agilidade nas aquisições de bens e serviços, garantindo o sempre necessário zelo com a otimização dos recursos públicos e imprescindíveis eficiência e probidade.

Todas as demais dimensões que compõem o referido levantamento da Governança, igualmente, obtiveram especial atenção da atual gestão do Tribunal, inobstante os percalços decorrentes da conhecida escassez de recursos financeiros e de pessoal.

A figura a seguir apresenta o resultado do perfil de Governança e Gestão Públicas 2018 do Tribunal, extraído do relatório individual da autoavaliação.

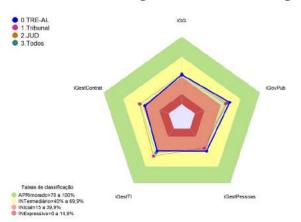
Registra-se, a título de elucidação, que 498 organizações públicas participaram do levantamento com respostas válidas, sendo que todas as notas são apresentadas em gráficos do tipo radar, variando de 0 (0%) a 1 (100%). Em cada gráfico, os dados da orga-

# Vellore . Mamallapuram

nização em análise são enfatizados em azul. Em seguida são apresentadas as médias dos agrupamentos aos quais a organização em análise pertence.

RESULTADO GERAL DA AUTOAVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EM RELAÇÃO A SEU CONTEXTO

#### Perfil de Governança e Gestão Pública 2018 TRE-AL - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas



Cumpre esclarecer que todas as informações, inclusive os Acórdãos nº 588/2018 e nº 2699/2018 - Plenário e os relatórios e votos que os fundamenta-

ram, estão disponíveis no seguinte sítio eletrônico: https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/.

# PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL (WWW.TRE-AL.JUS.BR)

O principal canal de comunicação do cidadão/ usuário com o TER/AL, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões é a Ouvidoria Regional Eleitoral de Alagoas (http://www. tre-al.jus.br/o-tre/ouvidoria).

Telefones: (82) 2122-7779/ (82)3221-8434.

Funciona também na Ouvidoria o Serviço de Informação ao Cidadão, em observância à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

O interessado em obter informações do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas deve apresentar requerimento: I - eletronicamente, mediante o Formulário da Ouvidoria Eleitoral (http://www.tre-al.jus.br/o-tre/ ouvidoria-eleitoral-1/ouvidoria); II - por telefone, por meio do número da Ouvidoria Eleitoral ((82) 2122-7779 / (82) 3221-8434);

III - pessoalmente, na Ouvidoria Eleitoral, localizada no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (Endereço: Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL, no horário de Segunda a quinta: 13h às 19h e Sexta: 07:30 às 13:30);

IV - por correspondência dirigida ao endereço do Tribunal (Ouvidoria Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, Avenida Aristeu de Andrade, nº 377, Farol, Maceió/AL, CEP 57051-090).











#### O QUE É RISCO?

Risco é o território da incerteza e consiste na probabilidade de um evento impactar em determinada ação, decisão ou processo. Os riscos são avaliados de acordo com a probabilidade e o impacto. Com base nessas duas dimensões de análise, determina-se o modo pelo qual eles deverão ser administrados.

O principal objetivo da gestão de riscos é permitir o tratamento adequado dos eventos (riscos e oportunidades), de forma a melhorar a capacidade de construir valor, proporcionando serviços mais efetivos, eficientes e eficazes, considerando também valores como equidade e justiça.

Nesse contexto, podemos desdobrar esses objetivos nos seguintes propósitos:

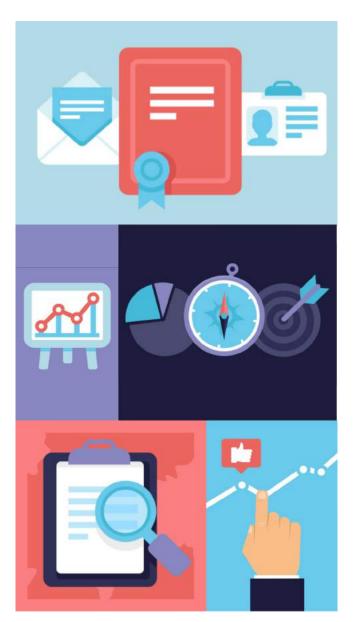
> Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso tempestivo as informações quanto aos riscos aos quais está exposta a organização;

- Aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;
- Agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos, caso ocorram.

#### O OUE ESSE TÓPICO **DEVERIA DESCREVER?**

Nesse tópico, pretende-se que sejam demonstrados os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos.

Nessa avaliação, deveriam ser indicados os principais riscos específicos e as principais oportunidades identificadas, as fontes específicas de riscos e oportunidades, além da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça.



Ocorre que, essa avaliação ainda não foi formalmente instituída no âmbito do TRE/AL, uma vez que se encontra pendente a implementação de uma política de gestão de riscos no Órgão.

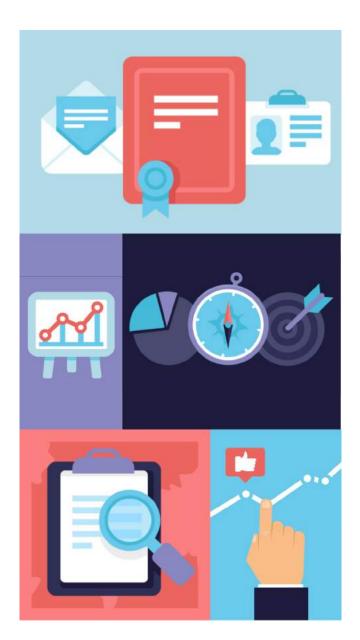
#### O CAMINHO PERCORRIDO PELO TRE/AL ATÉ O MOMENTO

Em relação à implementação da política de gestão de risco, embora por meio do processo eletrônico nº 0002217-53.2016.6.02.8000 tenha sido apresentada minuta de resolução pelo Comitê de Gestão de Riscos (Portaria da Presidência TRE/AL nº 104/2016, alterada pela Portaria nº 312/2016) que teve como finalidade elaborar proposta de Política de Gestão de Riscos do Regional, o Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa entendeu que faltavam elementos que efetivamente impulsionassem a implementação de tal política no Tribunal, detectando a carência do aprofundamento dos estudos e da realização de capacitação dos principais envolvidos. Nesse sentido, vem sendo adotadas iniciativas que constam de um plano de ação, elaborado em novembro de 2018 e, posteriormente, atualizado em outubro de 2019, conforme o processo eletrônico nº 0002123-08.2016.6.02.8000.

#### **MEDIDAS ADOTADAS EM 2019** PARA IMPLEMENTAÇÃO DA **POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS**

#### **OUANTO ÀS MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE/** AL DURANTE O ANO DE 2019, TIVEMOS:

- Adoção de providências para aquisição de normas COSO ERM e ABNT NBR ISO 31000:2018:
- Identificação dos processos prioritários de cada área;
- Instituição do grupo de trabalho com a finalidade de avaliar possíveis entraves da gestão de riscos do Tribunal e apresentar, através das ferramentas de governança corporativa, proposta de Resolução que consolide a política de gestão de riscos no âmbito deste Tribunal. A apresentação da proposta normativa ficou condicionada à conclusão do curso de COSO, COBIT e ITIL;
- Capacitação dos servidores nos cursos "Bizagi Process Modeler" (SEI nº 0001004-

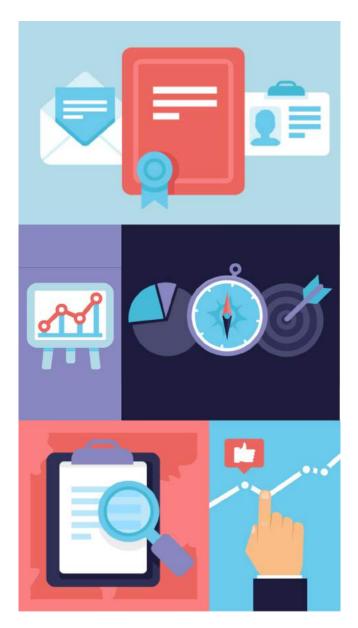


07.2019.6.02.8000), curso em COSO, COBIT e ITIL (SEI nº 0005414-11.2019.6.02.8000) e Gestão de Riscos (SEI nº 0000841-27.2019.6.02.8000.

Numa análise superficial quanto à avaliação de riscos, em face da não implantação da política de gestão de riscos no Órgão, é possível identificar fragilidades consistentes na:

- inexistência da prática de utilização de indicadores de desempenho para medição do alcance dos objetivos das Unidades;
- ausência de mecanismos para prever, identificar e reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos;
- falta de clareza na identificação dos processos-chaves e críticos para a consecução dos objetivos e metas das unidades;
- ausência da prática de diagnóstico dos riscos (de origem interna

- ou externa), bem como identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;
- falta de identificação e tratamento dos riscos e oportunidades, de modo que suas implicações sejam integralmente identificadas e o plano de ação seja formulado e cumprido;
- carência de adequada formalização dos procedimentos e rotinas (manualização) pertinentes à execução das atividades dos setores;
- ausência de revisão dos fluxogramas e documentos (formulários, check-list, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas nas unidades;
- a falta de perspectiva quanto ao preenchimento de cargos vagos decorrentes de aposentadoria de servidores;



 necessidade de capacitação periódica de todos os servidores, seguida do repasse de ensinamentos como multiplicadores.

Nesse aspecto, houve evolução no tocante ao acompanhamento da medição dos indicadores estratégicos, por meio das reuniões e discussões periódicas do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa.

Também se observa tímida evolução no tema, quando da realização das Auditorias Integradas, realizadas pelos Tribunais Eleitorais sob coordenação do Tribunal Superior Eleitoral, utilizando-se a metodologia da Auditoria Baseada em Riscos (ABR).

De maneira geral, os gestores adotam ações reativas, somente após a ocorrência dos eventos (muitos desses rotineiros e previsíveis) é que são tomadas medidas para a solução dos problemas advindos desses eventos.

Nesse contexto, dentre os desafios que o Tribunal enfrentará ao perseguir seu planejamento estratégico estão as tentativas de mitigar o alcance das restrições relacionadas à redução do quadro de pessoal decorrente das aposentadorias, o redimensionamento de contratos de despesas continuadas e a redução de despesas inscritas em restos a pagar, além de outras ações que vêm sendo estabelecidas, em face da necessidade de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Novo Regime Fiscal ou "Teto de Gastos").







#### **RESULTADOS DA GESTÃO**

#### RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

A estratégia definida pelo TRE/AL para o quinquênio atual indica os desafios com os quais o órgão se comprometeu para garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1°, inc. II), com observância de práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa, bem como manter uma conduta institucional proba, garantir a legitimidade do sistema eleitoral, iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho, valorizar o corpo funcional e promover a humanização nas relações de trabalho, aperfeiçoar a gestão dos gastos públicos e implantar mecanismos informatizados na tramitação dos atos administrativos e judiciais.

De fato, o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas compõe-se de 8 (oito) macrodesafios, correspondentes aos objetivos estratégicos, distribuídos nas perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Recursos, conforme detalhamento constante da descrição a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS				
Garantia dos direitos de cidadania				
Combate à corrupção e à improbidade administrativa				
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional				
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral				
Melhoria da Gestão de Pessoas				
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos				
Instituição da governança judiciária				
Melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação				

Com base no planejamento estratégico e em seus princípios balizadores, o TRE/AL buscou desenvolver melhorias nas condições de trabalho dos servidores e no atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, de modo a alcançar a missão do Tribunal.

Objetivo Estratégico - Garantia dos direitos de cidadania.

Na UPC existe a preocupação constante com o desenvolvimento de ações relacionadas às práticas socioambientais sustentáveis. Nesse sentido, o Nú-

cleo Socioambiental praticou campanhas com foco na conscientização sustentável, seja por intermédio de mensagens aos servidores ou mesmo realização de atividades com este viés, a exemplo da campanha de recolhimento de livros, revistas, gibis, DVD's e da feira orgânica de produtos certificados.

Ainda no que diz respeito à garantia dos direitos da cidadania, a Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas desenvolveu ações de cunho pedagógico e/ou relacionadas à conscientização do eleitor acerca da cidadania e da importância do voto, no âmbito dos Projetos Eleitor Jovem e Eleitor do Futuro, envolvendo as equipes pedagógicas das instituições de ensino que sediaram os eventos e autoridades deste Tribunal, contendo temas versando sobre a democracia, eleições limpas e voto consciente, dentre outros assuntos pertinentes.

Objetivo Estratégico - Combate à corrupção e à improbidade administrativa.

O Tribunal desenvolve anualmente inspeções e correições com o propósito de observar a realidade cartorária, buscando aferir, de forma direta, a situação dos livros, processos e procedimentos e, consequentemente, verificar a necessidade de adotar medidas saneadoras para a resolução das principais dificuldades, garantindo uma prestação jurisdicional hígida e transparente.

Por outro lado, a unidade de Controle Interno e Auditoria da UPC, seguindo cronograma definido no Plano Anual de Auditoria, promove a realização de auditorias, para verificar a consistência e qualidade dos controles internos, avaliar os processos de gerenciamento de riscos e governança corporativa, bem como apoiar as atividades de controle externo.

Ainda com o objetivo de fomentar o combate à corrupção e à improbidade administrativa, deve-se registrar que no ano de 2019 o Tribunal teve excelente desempenho de 100% de cumprimento da Meta Específica 1, aplicável à Justiça Eleitoral, consistente em promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral. A referida Meta foi direcionada à Escola Judiciária Eleitoral a qual promoveu ações para exlarecimento sobre segurança do voto eletrônico, e esclarecimento do eleitor sobre o efeito do voto nulo, branco e abstenção na eleição.

Por outro lado, quanto à Meta Nacional nº 4 (priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais), o Tribunal alcançou enorme êxito tanto no âmbito do 1º como do 2º graus, atingindo, respectivamente 114,29% e 133,33%.

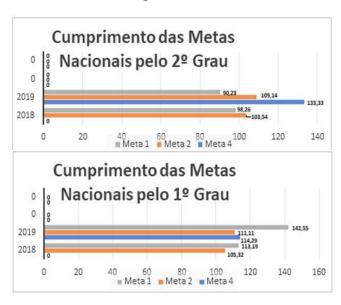
#### OBJETIVO ESTRATÉGICO - CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Importante ação com foco na celeridade e produtividade na prestação jurisdicional consiste na implantação do processo judicial em meio eletrônico. De fato, no ano de 2019 foi implementado o Pje (Processo Judicial Eletrônico) no 1º grau de jurisdição, em complementação à iniciativa que já tinha garantido a instlação do sisteme ano 2º grau . Tal projeto favorece, também, o fortalecimento da segurança do processo eleitoral e da celeridade, outro importante eixo de direcionamento do Planejamento Estratégico do Tribunal.

Ainda com relação ao objetivo estratégico 'celeridade e produtividade na prestação jurisdicional', convém registrar os resultados exitosos do Tribunal

concernentes às metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício 2018.

De acordo com o Sistema de Controle de Acesso (CNJ) e informações consolidadas pela Rede de Governança Colaborativa da Justiça Eleitoral, no que diz respeito às Metas Nacionais gerais a esta UPC, no ano de 2019, tem-se os seguintes resultados:



#### **META 1** – JULGAR MAIS PROCESSOS OUE OS DISTRIBUÍDOS.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

**META 2** – JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS. Identificar e julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.

META 4 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS. 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo;

# OBJETIVO ESTRATÉGICO - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL.

Com o objetivo de se buscar o fortalecimento da segurança do processo eleitoral, houve em 2019 um maior incremento na divulgação de matérias sobre segurança da votação e de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação.

# OBJETIVO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS.

A valorização do capital humano do tribunal, a

promoção de saúde e qualidade de vida são temas priorizados pela UPC. De fato, sob a perspectiva da melhoria da gestão de pessoas, as ações relacionadas ao programa qualidade de vida propiciou a realização de campanhas e palestras promovendo maior integração entre os servidores.

A Escola Judicial Eleitoral promoveu ações de capacitação e atualização de servidores e Juízes Eleitorais no ano de 2019.

Por outro lado, a Ouvidoria Regional Eleitoral realizou diversas ações visando à preparação das Eleições 2020 e, em geral, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional desta Justiça especializada, com palestras destinadas aos universitários e ao público jovem.

# OBJETIVO ESTRATÉGICO - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS.

Em busca do aprimoramento do planejamento da ocupação imobiliária, promoveu-se melhorias nas instalações e espaços dos cartórios eleitorais, através de locação, restauração, realização de adaptações, respeitando, inclusive, as necessárias normas de acessibilidade.

Por outro lado, deve-se observar o constante aprimoramento da gestão de custos do Tribunal. De fato, a sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral é regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão. A apuração de custos é viabilizada por meio de um sistema próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos - SIGEC", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

# OBJETIVO ESTRATÉGICO - INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA.

O Tribunal, buscando aperfeiçoar os mecanismos de gestão de risco, tem buscado cumprir o plano de ação estabelecido no ano de 2018 com o objetivo de implantar formalmente uma política de gestão de riscos bem delineada. No ano de 2019 foram adotadas

medidas relativas a aquisição de normas COSO ERM e ABNT NBR ISO 31000:2018, identificação dos processos prioritários de cada área, e ações de capacitação dos servidores nos cursos "Bizagi Process Modeler", curso em COSO, COBIT e ITIL e Gestão de Riscos.



Buscando fortalecer a cultura da transparência, houve o aprimoramento da "Transparência" no portal eletrônico do Tribunal, melhorando a comunicação não apenas para a sociedade, mas também, para seu público interno, a partir da ampliação da divulgação das informações institucionais, relativas às licitações e contratos; receitas e despesas; execução orçamentária e financeira; remunerações, diárias e passagens; prestação de contas, auditorias e inspeções; indicadores de desempenho, metas e resultados; programas,

ações, projetos e obras, assim como ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico.

Em reconhecimento ao esforço empreendido o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas foi laureado pelo CNJ com a 2ª colocação na segunda edição do Ranking da Transparência entre todos os Tribunais e Conselhos do País.

O Ranking, instituído pela Resolução CNJ n. 260/2018, é realizado anualmente e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada.



#### **TRANSPARÊNCIA**



■ TRANSPARÊNCIA

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

No que toca à melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação, ressalte-se a contínua ampliação do rol de ferramentas e sistemas em uso com vistas ao aperfeiçoamento da ação administrativa, com priorização do item segurança da informação, para atender aos serviços ofertados on-line tanto para os usuários internos (servidores, magistrados) quanto aos externos (eleitores e demais instituições), a exemplo da implantação do Processo Judicial Eletrônico, solução tecnológica que agrega requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade.

Por outro lado, o Tribunal procedeu à adequação da estrutura de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação aos normativos de regência.

Com efeito, a Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação constitui o conjunto estruturado de mecanismos destinados a permitir à alta administração o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura da TIC, a fim de contribuir para o cumprimento da missão e o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

No Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os mecanismos de Governança Corporativa de TIC foram estabelecidos por meio da Resolução TRE/AL nº 15.732, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas em 14 de setembro de 2016. Dentre os mecanismos que norteiam a Governança Corporativa de TIC no TRE/AL, podem ser citados o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), instituído pela Resolução TRE-AL nº 15.809/2017; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), instituído pela Resolução TRE-AL nº 15.818/2017; o Catálogo de Serviços de TIC, aprovado pela Portaria TRE-AL nº 438/2017; Política de Gestão dos Ativos de TIC; o Comitê de Governança de

Tecnologia da Informação e Comunicação (CgvTIC), e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC).

#### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS ATRELADAS **AOS MACRODESAFIOS**

Alinhamento estratégico	Nome da iniciativa estratégica
Garantias dos direitos de cidadania.	Executar ações relacionadas âs práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.  Revisar e aprimorar as cartas de serviços ao eleitor de 1º e 2º graus, agrupando-as em documento único.  Aprimorar as ações de educação política (Eleitor do Futuro e Eleitor Jovem).  Aprimorar as ações de incentivo aos Mesários Voluntários.  Aprimorar as ações voltadas para garantia dos direitos de cidadania e áquelas relacionadas à acessibilidade.
Combate à corrupção e à improbidade administrativa.	Acompanhar a tramitação e priorizar o julgamento no 1º e 2º graus das ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo. Aprimorar as atividades de auditoria interna. Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos. Aprimorar ações de controle relacionadas à confiabilidade do cadastro eleitoral. Aperfeiçoar os mecanismos de inspeção e correição.
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Aperierçoar os inceanismos de inspeçao e correção.  Informatizar o processos judicial na Justiça Eleitoral de Alagoas.  Aumentar a celeridade, transparência e produtividade da prestação jurisdicional.  Aprimorar os processos de gestão de eleições.  Aprimorar a gestão dos cartórios eleitorais.
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.	Ampliar a divulgação de matérias sobre a segurança da votação.  Promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação.  Promover ações de esclarecimento e capacitação dos agentes de segurança pública com foco nos trabalhos relacionados ao pleito eleitoral.
Melhoria da gestão de pessoas. Aperfeiçoamento da gestão	Implantar modelo de gestão por competências.  Desenvolver e valorizar o capital humano do Tribunal.  Monitorar o clima e promover a prática dos valores organizacionais.  Intensificar as ações de promoção de saúde e qualidade de vida dos servidores.  Promover a qualidade de vida no trabalho.  Aperfeiçoar o Planejamento da Ocupação Imobiliária da Justiça Eleitoral.
orçamentária.	Aprimorar o Planejamento Orçamentário e a Qualidade dos Gastos.  Aperfeiçoar a governança em gestão de pessoas.
Instituição da governança judiciária.	Aprimorar o modelo de governança e gestão da Justiça Eleitoral de Alagoas. Aprimorar a estrutura funcional da Secretaria do Tribunal. Fortalecer a cultura da transparência. Implantar sistema de gestão de riscos. Tramitar eletronicamente os processos administrativos. Aperfeicoar a gestão de contratos e os planos de aquisição e manutenção.
Melhoria da infraestrutura e governanca de	Aprimorar os processos de governança de TI. Assegurar a integração, a padronização e a usabilidade das soluções de TI.
tecnologia da informação	Atualizar a infraestrutura de TI nos cartórios eleitorais.

#### INDICADORES DE DESEMPENHO **QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS**

A seguir tem-se o resultado dos indicadores constantes do Planejamento Estratégico vigente aferíveis no exercício de 2019:

	Objetivo Estrate	egico 1	: Garantia d	os dire	eitos de cio	ladan	a	
Índice de respo	stas a contatos dirigi	idos à O	uvidoria.					
Meta	Responder a 95%	dos co	ntatos recebido:	s pela (	Duvidoria.			
Resultado	1* trimest	re	2* trimestre		3* trimest	re	4*	trimestre
	48,07%		96,72	%	130,4	8%	88	,29%
Tempo médio e	de resposta a contato	s dirigio	los à Ouvidori	a				
Meta	Responder a 100 5 (cinco) dias út		contatos recebio	ios pela	Ouvidoria e	em tem	po méd	lio inferior
Resultado	1° trimestre		2° trimestre		3° trimestre		4° trir	nestre
	42 dias		59 dias		11 dia	ıs		12 dias
Îndice de satisf	ação do público exte	rno						
	2016	2017	2018	201	9	20	20	2021
Metas	80%	80	% 83%	1	35%	87	%	90%
Resultado	100% de avali	ações bo	om e ótimo.					
Meta/2019	Julgar 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que poss importar na perda de mandato eletivo.  1º grans: 114,29 2º grans: 133,33							
Resultado	1° grau: 114,29		2º grau: 1	33,33				que poss
	1° grau: 114,29 o Estratégico: 3: 0				le na presta	ação j	urisdi	3-2
Objetivo		Celerid	ade e produt		le na prest	ação j	urisdi	3-2
Objetive Taxa de conges	Estratégico: 3: 0 tionamento de proce	elerid	ade e produt	ividad				cional
Taxa de conges Meta	Estratégico: 3: 0 tionamento de proce	elerid	ade e produt liciais.	ividad para 30				cional
Objetive Taxa de conges	Estratégico: 3: C stionamento de proce Reduzir a taxa 1º semestre	elerid ssos jud i de con	ade e produt liciais.	para 30 2° se	% no 1º grau mestre:	e para	10% n	cional o 2º grau.
Objetivo Taxa de conges Meta Resultado	Estratégico: 3: C stionamento de proce Reduzir a taxa 1º semestre	elerid ssos jud i de con % 2° s	ade e produt liciais. gestionamento grau: 56,89%;	para 30 2° se 1° gr	% no 1° grau mestre: au: 2,50%	e para 2º grau	10% n	cional to 2º grau.
Objetive Taxa de conges Meta Resultado Objet	DESTRATEGICO: 3: 0  Stionamento de proce Reduzir a taxa 1° semestre 1° grau: 45,69	ssos jud de con % 2° s	ade e produt liciais. gestionamento grau: 56,89%: ecimento da	para 30 2° se 1° gr segur	% no 1° grau mestre: au: 2,50% ança do pro	2° grau	10% n	cional to 2º grau.
Objetive Taxa de conges Meta Resultado Objets Índice de rece	DEStratégico: 3: Cetionamento de proce Reduzir a taxa 1' semestre 1º grau: 45,69 ivo Estratégico 4: onhecimento biomé	celerid essos jud a de con % 2° g Fortale	ade e produt liciais. gestionamento grau: 56,89%: ecimento da lo eleitor: Não	para 30  2° se  1° gr segur: o aferic	% no 1° grau mestre: au: 2,50% ança do pro vel em 2019	2° grau	10% n	cional to 2º grau.
Objetive Taxa de conges Meta Resultado Objets Índice de reco	DESTRATÉGICO: 3: Continuamento de proces Reduzir a taxa 1º semestre 1º grav. 45,69 avo Estratégico 4: Onhecimento biomé e urnas eletrônicas	celerid essos jud de con % 2° g Fortale trico d	ade e produt liciais. gestionamento grau: 56,89%: ecimento da lo eleitor: Não tuídas: Não a	para 30  2° se  1° gr segur: o aferivel	% no 1° grau mestre: au: 2,50% ança do pro vel em 2019	2º grau	10% n : 27,50 o eleit	cional to 2º grau.
Objetive Taxa de conges Meta Resultado Objet Índice de reco	DEStratégico: 3: Cetionamento de proce Reduzir a taxa 1' semestre 1º grau: 45,69 ivo Estratégico 4: onhecimento biomé	celerid essos jud de com % 2° s Fortale trico d substi-	ade e produt liciais. gestionamento grau: 56,89%: ecimento da o eleitor: Não a o 55 Melhoria	para 30  2° se  1° gr seguri o aferivel da ge	% no 1° grau mestre: au: 2,50% ança do pro vel em 2019	2º grau	10% n : 27,50 o eleit	cional to 2º grau.
Objetive Taxa de conges Meta Resultado Objet Índice de rece Percentual de	DESTRATEGICO: 3: Continuamento de proceso Reduzir a taxa 1º semestre 1º grav. 45,69 avo Estratégico 4: conhecimento biomé e urnas eletrônicas Objetivo Estratência ao plano anu	% 2° s Fortale trico d substituted substit	ade e produt liciais. gestionamento grau: 56,89%: ecimento da o eleitor: Não a o 55 Melhoria	para 30  2' se  1º gr seguri o aferi ferivel da ge	% no 1° grau mestre: au: 2,50% ança do pro vel em 2019 em 2019	2º grau	10% n : 27,50 o eleit	cional to 2º grau.

Indice de adequação às competências organizacionais: mensuração suspensa até finalização das açõe eferentes à Gestão por Competências. Clima Organizacional: Aferivel em fevereiro de anos não eleitorais, Grau de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho: Aferivel em fevereiro de an não eleitorais. Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da gestão de custos Índice de adequação das instalações físicas. Alcançar 80% de adequação das instalações físicas d Justiça Eleitoral de Alagoas ao final de cada período. Resultado Acompanhamento trimestral da execução orçamentária Meta Garantir, trimestralmente, o acompanhamento integral d orçamentária do Tribunal, nos percentuais respectivamente de 35%, 60%, 85% e 95%. Resultados 4° Trimestre 1° Trimestre 69.74% 89,15% 61,80% Índice de perda orçamentária. Reduzir as perdas orçamentárias anualmente até atingir o indice de 10%. Meta Rezultado 12,02% Aderência da execução ao planejamento orçamentário. Melhorar o desempenho em 5% a cada ano, até atingir 80%, patamar considerado Meta satisfatório, e manter o indice Resultado 78,75% Objetivo Estratégico 7: Instituição da governança Judiciária . Îndice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços Obter os seguintes percentuais de processos de aquisição de bens e serviços inalizados no prazo padrão, conforme cano Meta 2017 2019 2020 2021 45% 55% 60% 35% 40% 36,99% Objetivo Estratégico 8: Melhoria da infraestrutura e governança de TI Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI Assegurar indice acima de 99% de disponibilidade de sistemas de TI. Meta Resultado 1°Trimestre - 99,60%; 2° Trimestre - 100%; 3° Trimestre - 96,81% 4° Trimestre - 96,81%

Levando-se em consideração a adoção, para fins didáticos, dos conceitos para avaliação dos resultados dos indicadores já preceituados pela Unidade de Controle Interno do TRE-AL (parâmetro "Bom"- Para

aqueles que alcançarem uma meta acima de 80%; "Regular" - de 70% a 80%; e "Insatisfatório" - abaixo dessa faixa), tem-se que apenas x% dos indicadores mensurados não apresentaram resultado próximo ao esperado.

Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria. Aderência da execução ao planejamento orçamentário. Índice de perda orçamentária. Índice de satisfação do público externo. Índice de julgamento de ações que possam importar a não diplomação ou perda do mando eletivo. Índice de aderência ao plano anula de capacitação - PAC. Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TI. Índice de adequação das instalações físicas. Índice de agilidade na tramitação de processos de aquisição. Acompanhamento trimestral da execução orçamentária. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria. Taxa de congestionamento de processos judiciais.



#### PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE



O Prêmio CNJ de Qualidade é um instrumento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações; e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional. O desempenho dos tribunais é avaliado com base em critérios distribuídos em três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação. No ano de 2019 o TRE-AL foi premiado na categoria ouro, demonstrando o comprometimento

com a excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais.

#### **DESAFIOS E INCERTEZAS.**

Eventos externos impactaram a forma de gerir a instituição. Com efeito, a aprovação da Emenda Constitucional 95 proporcionou forte impacto na gestão orçamentária da Administração Pública, exigindo dos gestores a otimização dos recursos financeiros de modo a atender as despesas imprescindíveis ao funcionamento do órgão, sem prejudicar a prestação de serviços aos usuários.

A perspectiva para os próximos exercícios é de que permaneça esse cenário orçamentário restritivo, impactando fortemente a necessidade de recomposição da força de trabalho do Tribunal. Por outro lado, as restrições orçamentárias também tem impacto negativo profundo nos investimentos em infraestrutura imobiliária, dificultando ou mesmo inviabilizando a aquisição de imóveis adrede planejados, a exemplo daquele destinado à nova Sede da Secretaria do Tribunal.

Diante deste cenário de incertezas, o desafio que

se impõe é de se promover a gestão patrimonial racional, garantindo a manutenção dos imóveis, bem como sua permanente fiscalização, sem gastos adicionais. Por outro lado, o Tribunal continuará primando pela redução nos gastos com energia e água/esgoto, mantendo a perspectiva de uso racional desses serviços, atendendo aos parâmetros socioambientais formalmente instituídos no Plano de Logística Socioambiental, de modo a manter os resultados positivos já alcançados no presente exercício.

#### PERSPECTIVA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

A melhoria significativa na transparência é um dos valores que norteou a atual gestão deste órgão. Com a finalidade de ampliar a transparência das informações geradas pela instituição, assim como dos resultados da gestão, produtividade, orçamento, entre outros, foi feito um grande esforço envolvendo todas as unidades do Tribunal no ano de 2019, conferindo ao TRE o 2º lugar no Ranking de Transparência do Poder Judiciário divulgado pelo CNJ. O desafio para os próximos exercícios é instituir um sistema de inteligência artificial (Business Intelligence - BI) para atuar como ferramenta de gestão e divulgação das informações fazendo parte da rotina de trabalho dos servidores e magistrados do órgão.

O TRE-AL encontra-se no segundo ciclo de Planejamento Estratégico (2016-2021). Para os próximos dois anos a gestão terá o desafio de elaborar estudos de análise de ambiente verificando os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, e de posse dessa análise elaborar um novo planejamento estratégico institucional, com parâmetro no Plano Estratégico do Poder judiciário, em fase avançada de implementação.

Com a crescente demanda por novas tecnologias capazes de trazer mais segurança, agilidade e simplicidade, o desafio para os próximos exercícios é melhorar a prestação dos serviços disponibilizados ao eleitor por meio de serviços digitais, de modo a oferecer conveniência aos cidadãos no acesso aos serviços públicos da Justiça Eleitoral.

#### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### DO PPA 2016-2019

A Lei do PPA 2016-2019 foi elaborada como um instrumento mais estratégico, no qual seja possível ver com clareza as principais diretrizes de governo e a relação destas com os Objetivos a serem alcançados nos Programas Temáticos.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2016-2019 contempla os Programas Temáticos e os de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Entende-se por PROGRAMA TEMÁTICO, aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à Sociedade. Por sua vez, o PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO, expressa e orienta ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

No caso específico do TRE-AL não há previsão de PROGRAMA TÉMÁTICO no PPA, sendo previsto apenas 03 Ações específicas de Gestão e Manutenção, quais sejam:

20GP- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, desmembrando-se em Plano Orçamentário 01 e 02;

212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

Essas ações fortalecem o Programa de GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL, através de ATIVIDADES que são desenvolvidas de forma contínua e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

Elencamos abaixo os percentuais de atingimento das ações em termos de valores programados.

Ações Orçamentárias	Valor Programado	Valor Executado	% Atingimento
Assistência Médica e Odontológica	2.218.800	2.173.124	97,94%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	4.035.086	3.897.637	96,59%
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	16.112.015	14.145.276	87,79%

Verifica-se um excelente atingimento das metas previstas para a Ação de Benefícios Obrigatórios , bem como da Assistência Médica e Odontológica. Ainda temos a ação de Capacitação que tem destaque em Plano Orçamentário específico e que apresentou uma significativa elevação de 116,78% em relação ao valor executado em 2018.

# Desempenho da Ação de Capacitação 600,00 495,06 400,00 228,37 200,00 116,78% Execução de Capacitação 2018 2019 % Incremento

#### DA DISTRIBUIÇÃO NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

O Orçamento inicial Anual, do TRE-AL em 2019, fora consignado em R\$ 112.279,29 assim distribuídos :

Distribuição Orçamentária Exercício 2019 em R\$ 1.000



 DOS ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS ORÇAMENTÁRIOS

Ao longo do exercicío houve a necessidade de acréscimos orçamentários no montante de R\$ 13.335,92 e decréscimos no valor de R\$ 2.861,22 contribuindo para um acréscimo orçamentário líquido da ordem de R\$ 10.474,70 distribuídos nas ações abaixo:

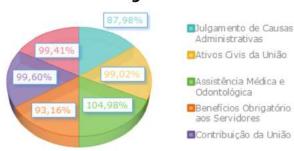
Em R\$ 1.000

Ações Orçamentárias	LOA inicial	Adic/Canc.	LOA Final
Julgamento de Causas Administrativas	13.687,92	2.997,55	16.685,47
Ativos Civis da União	70.897,58	6.411,49	77.309,07
Assistência Médica e Odontológica	2.218,80	-148,86	2.069,94
Benefícios Obrigatório aos Servidores	4.183,95	0,00	4.183,95
Contribuição da União	11.685,70	193,05	11.878,75
Aposentadorias e Pensões Civis	9.605,34	1.021,47	10.626,81
Total	112.279,29	10.474,70	122.753,98

#### DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No tocante à execução orçamentária, houve um excelente desempenho em praticamente todas as ações orçamentárias, tanto aquelas constantes na propostas do TRE-AL, quanto aquelas descentralizadas pelo TSE como as ações de pessoal, benefícios, aposentadorias e contribuição da união.

#### % Atingimento



O percentual de execução da ação 20GP - Julgamento de Causas Administrativas foi o que apresentou menor desempenho (87,98%). A perda orçamentária nessa ação foi elevada em virtude principalmente das reorientações de aplicações das verbas orçamentárias destinadas inicialmente para a reforma do antiga SEDE.

De qualquer forma o atingimento geral foi de 97,51% o que representa um excelente indicador de execução.

#### DOS LIMITES FINANCEIROS

A Portaria TSE nº 865, de 05 de novembro de 2019, publicada no DOU nº 216, Seção 1, de 07/11/2019, p. 149, estabeleceu como limite final de pagamento, para as despesas discricionárias do TRE-AL, no exercício de 2019, o montante de R\$ 17.519,96 para as despesas discricionárias, ação Julgamento de Causas Administrativas.

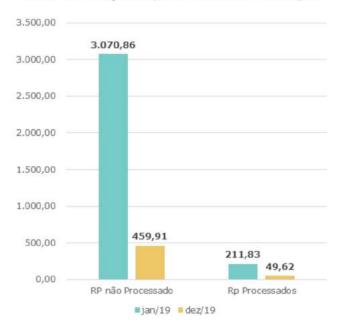


O atingimento de 80,20% do nosso limite de pagamento foi um pouco superior ao anterior que era de 79,95%. Se considerarmos o valor empenhado, na ação JCGA, de R\$ 14.680,35 o percentual de pagamento eleva-se para 95,7%.

#### DA MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

O valor constante de Restos a Pagar no início do exercício de 2019 era da ordem de R\$ 3.282.68, chegando na posição de dezembro/2019, antes da inscrição do exercício findo, ao montante de R\$ 509,52, já deduzido o valor dos cancelamentos, no total de R\$ 411.07.

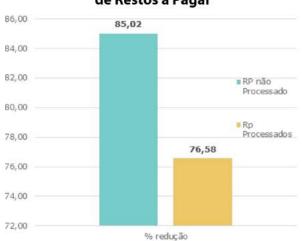
#### Movimentação líquida de Restos a Pagar



#### DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS **RESTOS A PAGAR**

A Emenda Constitucional 95 trouxe grandes inovações ao controle do fluxo financeiro. A concorrência dos restos a pagar com o limite financeiro do orçamento do órgão impôs um maior acompanhamento dessa rubrica, evitando seu crescimento exponencial. O Tribunal no exercício de 2019 reduziu em 84,48% o montante de Restos a Pagar Inscritos e Reeinscritos no exercício findo de 2019, já levando-se em consideração os cancelamentos efetuados no montante de R\$ 411,07.

> Redução percentual dos valores de Restos a Pagar



Em valores monetários corresponde ao pagamento, no exercício de 2019 ,do montante de R\$ 2.362,09, sendo 2.215,76 de RP's Não Processados e 146,31 de RP Processado.

#### DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO FINDO DE 2019

A Administração efetou um forte trabalho na redução do saldo de Restos a Pagar. Para que isso ocorra é necessário o esforço em duas frentes, quais sejam: efetuar o pagamento dos saldos de Restos a Pagar mas também reduzir as inscrições ao final do exercício.

Evolução da Inscrição de Restos a Pagar



#### **GESTÃO DE PESSOAS**

#### CONFORMIDADE LEGAL

No Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os atos referentes à gestão de pessoal (abrangendo servidores ativos, inclusive requisitados e autoridades, além de servidores inativos e pensionistas) são pautados em normas da Constituição Federal; em Leis Federais, entre as quais se destacam a Lei 8.112/1990 e a Lei 11.416/2006; e ainda em atos normativos infralegais oriundos de órgãos federais diversos, especialmente o Tribunal Superior Eleitoral, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Contas da União e o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, acompanhado pela Seção de Inativos, Pensionistas e Normas de Pessoal (SIPNP).

Atos normativos regularmente aplicados pela SIPNP	Manifestações da SIPNP em 2019
10 Leis	538 Pareceres
29 Resoluções	352 Despachos
10 Instruções Normativas	11 Informações
7 Ordens de serviço	372 Manifestações - Legalidade em diárias
2 Decretos	5 Minutas de atos normativos
3 Portarias	-
Total: 61	Total: 1.278

Fonte: SIPNP/COPES

#### APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Os atos praticados pela SIPNP são submetidos a controle interno pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria e a controle externo pelo Tribunal de Contas da União.

Relativamente ao ano de 2019, cabe destacar a continuidade da tramitação de procedimento em que o Tribunal de Contas da União apontou indícios de irregularidades referentes a possíveis acumulações indevidas de cargos públicos envolvendo 7 servidores deste Regional. Coube a esta SIPNP fornecer informações visando esclarecer tais situações.

Por fim, cabe destacar que todos os processos de concessão de aposentadorias e pensões são revisados pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria e os atos de concessão submetidos à homologação pelo Tribunal de Contas da União.

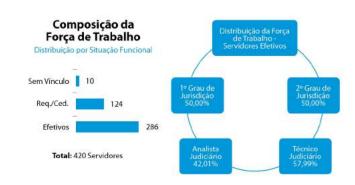
#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Anualmente são avaliados tópicos (indicadores) previstos no Planejamento Estratégico do Órgão (2016-2021), cujos resultados apontam a aderência ou satisfação dos servidores com tais indicadores:

Indicador	Período de aferição	Meta	Percentual alcançado	
Clima Organizacional	2017 - 2018 *	80%	77%	
Grau de Satisfação com o Programa Qualidade de Vida	2017 - 2018 *	75%	73%	
Grau de Aderência ao Plano Anual de Capacitação - PAC	2019	80%	87,23%	
* O biênio 2019- 2020 só será aferido em Janeiro de 2021.				

#### AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é dividido entre as Unidades de 1º Grau e 2º Grau. O 1º Grau é composto pelos Cartórios Eleitorais, Central de Atendimento do Eleitor e Postos de Atendimento Definitivo. A Justiça Eleitoral está presente em 43 (quarenta e três) dos 102 (cento e dois) municípios Alagoanos e em todas as Unidades há ao menos um servidor efetivo do quadro de Pessoal próprio. No 2º Grau se encontram as Unidades Administrativas e Judiciais.





#### Distribuição de Servidores Efetivos por Faixa Etária



Quase metade dos servidores do quadro efetivo tem faixa etária entre 41 e 50 anos de idade. Deve ser destacado que, por restrições orçamentárias, o último Concurso Público foi realizado em 2009, sendo, a força de trabalho, em parte, recomposta com redistribuições com outros Tribunais Federais. A maioria dos servidores tem faixa salarial entre R\$ 10.000.00 e R\$ 13.000,00.

A maior parte dos servidores está lotada nas Unidades Judiciárias, especialmente no 1º grau de Jurisdição, que atua diretamente no atendimento aos cidadãos.

A Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de magistrados e promotores, sendo designados, para o 1º grau de jurisdição, Juízes de Direito do Tribunal de Justica e Promotores do Ministério Público Estadual para exercerem a função de Juiz Eleitoral e Promotor Eleitoral, respectivamente. O 2º grau de jurisdição é composto por Desembargadores do Tribunal de Justiça, Juiz Federal, Juízes de Direito e Juristas, bem como por Procurador Federal.



Fonte: SRS/CODES

#### ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A principal forma de provimento em cargos efetivos pertencentes a esta Justiça Especializada é a nomeação decorrente por aprovação em concurso público, nos termos previstos na Constituição Federal de 1988 – CF/88 e na Lei nº 8.112/90. O último concurso público realizado pelo TRE/AL teve o final da vigência em julho de 2014, desde então a recomposição do quadro de servidores efetivos vem ocorrendo por redistribuição de cargos vagos, com base no Art.37 da referida Lei e normativos aplicáveis a esta Justiça Eleitoral, a exemplo da Resolução TSE nº 23.563/2018.

No que diz respeito aos provimentos de cargos em comissão, o Tribunal, de igual modo, observa a Carta Magna e o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, bem como, o disciplinado pela Lei nº 11.416/2006, nomeando servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal para exercerem, pelo menos, 50% dos cargos em comissão existentes no Órgão. Outro ponto observado é a exigência de formação superior para investidura.

Acerca da alocação dos recursos humanos existentes no Órgão, foram iniciados os estudos visando à adequação da força de trabalho do primeiro grau desta Justiça Especializada, os cartórios eleitorais, especialmente pela extinção de 13 zonas eleitorais, resultando na publicação da Resolução TRE- AL 15.966/2019, que define o quadro mínimo de servidores da Justiça Eleitoral por cartório eleitoral, que servirá de parâmetro para as ações da Administração. Em outra frente, registra-se que as alocações de pessoal ocorridas nos âmbitos do 2º grau e Área Administrativa observam as necessidades das áreas, a formação e o interesse dos servidores, privilegiando a política de gestão de pessoas do Órgão.

#### Ocupação por Distribuição da Situação Funcional Força de Trabalho Outros Quadros e Sem Vínculos Administrativa Quadro Próprio 2º Grau 1º Grau 34% 52% 53% 13%

Fonte: SRACF/CODES

#### DETALHAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL

Em 2019, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas teve um gasto de 88,5 milhões com pessoal ativo, sendo 88 milhões e 385 mil com as folhas de pagamentos mensais e 65 mil com as Eleições. O gasto com pessoal inativo e os pensionistas foi de 10,6 milhões.

#### CUSTO DIRETO COM DESPESA DE PESSOAL ATIVO EM 2019 (SEM ELEIÇÕES)

	88,4 Milhões	
Vantagens Fixas 68,54%	Exercício Anterior 0,08%	Vantagens Variáveis 4,93%
Gratificação Natalina 5,85%	Patronal 13,90%	Gratificação: Membros, Juízes e Promotores 6,70%

#### **CUSTO DIRETO COM DESPESAS DE PENSIONISTAS EM 2019**

2,1 M	ilhões
Pensão Civil	Gratificação Natalina
92,31%	7,69%

#### CUSTO DIRETO COM DESPESAS DE **PESSOAL INATIVO EM 2019**

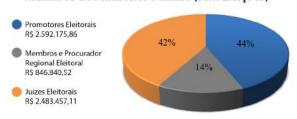
	8,5 Milhões	
Vantagens Fixas 86,57%	Vantagens Variáveis 5,00%	Exercício Anterior
Gratificação Natalina 7,87%	Indenizações 0,56%	-

#### **DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE** PESSOAL COM ELEIÇÕES 2019

65	Mil
Serviços Extraordinários 83,35%	Gratificação: Membros, Juízes e Promotores -
Exercício Anterior 15,88%	Patronal 0,77%

Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

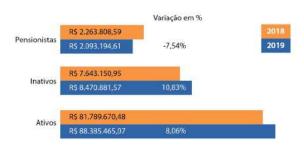
#### Detalhamento da Despesa com Magistrados e Membros do Ministério Público (sem Eleições)



Fonte: SFP/COPES. Dados extraídos do SIAFI

#### EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL- 2018/2019 (SEM ELEIÇÕES)

#### Evolução dos Gastos com Pessoal 2018/2019 (sem Eleições)



O incremento das despesas com pessoal deu-se em virtude das revisões dos salários dos servidores do Poder Judiciário da União, nos termos da Lei nº 13.317/2016, e das aposentadorias e pensões reajustadas pelo índice aplicado ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), nos termos da Portaria MF nº 9/2019. A redução em Pensionistas ocorreu devido ao falecimento de um beneficiário no final do ano de 2018.

#### AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

A movimentação na carreira dos servidores efetivos deste Tribunal é disciplinada pela Resolução 22.582/2007 e poderá ocorrer por progressão funcional, que é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, num total de 13 (treze) existentes na carreira, e promoção, que é a movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, dentre as 03 (três) classes existentes.

Durante o exercício de 2019 este Tribunal promoveu a avaliação de 78 servidores em desenvolvimento na carreira, aferindo o cumprimento dos 12 meses de efetivo exercício no cargo e o alcance de desempenho satisfatório, e no caso da promoção, a participação em conjunto de ações de capacitações que totalizavam o mínimo de 80h/aula, concedendo

64 progressões e 14 promoções. Atualmente o quadro efetivo deste TRE/AL possui 242 servidores no final da carreira e não conta com servidores em estágio probatório.

Como política meritocrática instituída nesta Justiça Eleitoral, a movimentação na carreira resulta em acréscimo nos vencimentos dos servidores, tendo como referência à classe/padrão que alcançou, nos termos previstos Lei nº 11.416/2006, cujos vencimentos básicos, de início e fim de carreira, seguem descritos na tabela de remuneração abaixo:

Cargo	Classe /Padrão	Vencimento (R\$)
Analista Judiciário	A1	5.189,71
Analista Judiciario	C13	7.792,30
Támina ludiciávia	A1	3.163,07
Técnico Judiciário	C13	4.749,33
Auxiliar Judiciário	A1	1.621,12
	C13	2.812,73

Fonte: SRACF/CODES

Conforme disciplinado pelo art.5° da Lei nº 11.416/2006, 109 servidores, de um total de 112 ocupantes de Cargo em Comissão (CJ) e Funções Comissionadas (FC) de natureza gerencial, cuja ocupação é

decorrente de nomeações e designações do Presidente do Tribunal, foram capacitados sobre temas afetos à condição de gestor, como previsto na referida Lei.

#### QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS E FUNÇÕES DE NATUREZA GERENCIAL

Situação Funcional	Quantidade	Percentual(%)
Efetivos	86	76,78
Removidos	14	12,50
Requisitados	4	3,58
Sem Vínculos	8	7,14
Total	112	100

Fonte: SRACF/CODES

Como política de reconhecimento e valorização dos servidores efetivos, foram concedidos adicionais decorrentes da participação em ações de treinamento ou conclusão de cursos de nível superior e de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, nas diversas áreas de interesse do Tribunal, nos termos previstos na Lei nº 11.416/2006 e regulamentações internas. Durante 2019, este Órgão autorizou a concessão do adicional a 128 servidores, por participação em ações de treinamento e 03 decorrentes da conclusão de cursos de nível superior e de pós-graduação.

#### AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Diversas ações foram realizadas pelo Programa Qualidade de Vida em 2019, com vistas ao favorecimento do bem-estar e à valorização dos servidores, o que aumenta a satisfação com o trabalho e a produtividade organizacional de forma geral.

#### Ações do Programa Qualidade de Vida



#### CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

As ações de capacitação são promovidas pelo Tribunal baseadas no planejamento realizado anualmente (PAC).

#### **DETALHES DO ORÇAMENTO**

Especificação dos valores	CODES(R\$)	EJE(R\$)	Total(R\$)
Planejados inicialmente	366.600,00	144.894,00	511.494,00
Após os cortes	352.980,00	107.472,00	460.452,00
Remanejamento/Reforços	178.940,00	-65.940,00	
Executados	463.015,44	19.474,58	482.490,02
Não utilizados	68.904,56	22.057,42	90.961,98

Fonte: SRACF/CODES e EJE

# DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS EM CAPACITAÇÃO POR GRAU DE JURISDIÇÃO

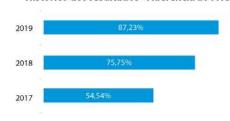
Area	CODES(R\$)	EJE(R\$)	Total Geral	%	Qtd. Capacitados
1° grau	62.257,78	9.831,64	72.089,42	14,7	107
2° grau	65.828,10	4.726,75	70.554,85	14,87	42
Administrativa	334.929,56	4.916,19	339.845,75	70,43	89
Totais	463.015,44	19.474,58	482.490,02	100	238

Fonte: SRACF/CODES e EJE

Ressalta-se, ainda, a concessão de Auxílio-Bolsa destinado à participação de servidores em cursos de Pós-Graduação, benefício disciplinado através de normativo interno e edital de seleção publicado anualmente.

Acerca do alinhamento das capacitações realizadas com o Macrodesafio-Melhoria de Gestão de Pessoas, previsto no Planejamento Estratégico do Órgão, especificamente, sobre o percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação - PAC em relação ao total de cursos ministrados, que objetiva Avaliar o grau de priorização do PAC, registra-se que, em 2019, este Tribunal superou a meta de 80% de aderência, alcançando o percentual de 87,23%.

#### Histórico dos resultados - Aderência ao PAC



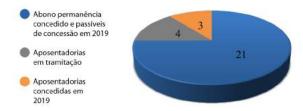
Fonte: SRACF/CODES

#### PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos principais desafios da Secretaria de Gestão de Pessoas é a gerência da força de trabalho, tendo em vistas as restrições orçamentárias ocorridas nos últimos anos, que inviabilizaram os provimentos de cargos por nomeação e a redistribuições recíprocas com cargos vagos deste Órgão, impedindo a recomposição da força de trabalho.

Foi realizado um levantamento, onde verificou--se que o número de aposentadorias concedidas e em trâmite, aliado abono permanência concedido e passível de concessão é bastante alto, conforme gráfico abaixo, o que agrava ainda mais a situação.

#### Situação - aposentadorias e abono permanência



#### **AÇÕES FUTURAS**

- Continuação do Dimensionamento da Força de Trabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral;
- Execução do Plano de Capacitação Anual;
- Regulamentação da participação dos servidores em ações de educação corporativa;
- Melhoria da página SGP na intranet;

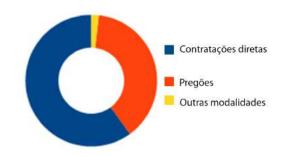
- Alimentação do módulo Averbações do Tempo de Serviço no SGRH;
- Continuação das ações do Programa Qualidade de Vida com foco nas ações de saúde e bem-estar;
- Projeto de tratamento de Ocupações Críticas;
- Projeto de preparação para aposentadoria;
- Redimensionamento da Força de Trabalho –
   Cartórios Eleitorais e Secretaria;
- Implantação da 3ª fase do projeto Gestão por Competências (Avaliação das Competências e feedback);
- Implementação de novos projetos (preparação para aposentadoria, educação à distância, instrutoria interna, redução do absenteísmo);
- Preparação de sucessores para tratamento de ocupações críticas.

#### **GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Processos de contratação em 2019 – SLC			
Tipo Quantidade			
Contratações diretas	135		
Pregões 82			
Outras modalidades 4			
Total 221			

FONTE: SLC/COFIN



# R\$ 14.011.183,80 em contratações em 2019 (Fonte SLC/COFIN):

R\$ 9.565.427,35 (valores decorrentes de pregões realizados) R\$ 4.372.431,00 (valores das contratações diretas)

R\$ 73.325,45 (valores das tomadas de preços)

Principais Contratações Diretas				
Tipo	Quantidade	Valor total das contratações		
Locação de imóveis	37	R\$ 2.387.175,52		
Energia elétrica	1	R\$ 1.007.506,29		
Capacitação de servidores	35	R\$ 219.369,47		
Água e Esgoto	10	R\$ 172.026,38		
Total	83	R\$ 3.786.077,66		

FONTE: SLC/COFIN

#### CONTRATAÇÕES DIRETAS - JUSTIFICATIVAS

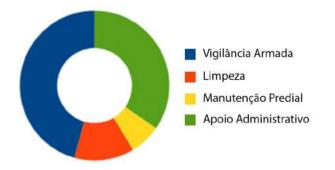
Destacam-se as contratações com locação de imóveis, em face da estrutura pulverizada, caraterística desta especializada, em todo o estado de Alagoas, cujas contratações acabam sendo por dispensa de licitação, diante da indisponibilidade de imóveis que atendam nossas necessidades, nos municípios que sediam a justiça eleitoral, situação que ocorre, inclusive com a sede deste Regional. Destacam-se, ainda, as contratações com fornecedora de energia elétrica e capacitação de servidores, justificadas pela inexigibilidade, em virtude de sua exclusividade.

#### CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM 2019

As contratações mais relevantes do TRE/AL dizem respeito aos gastos direcionados ao funcionamento administrativo do órgão, especialmente serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial e apoio administrativo, como podemos observar abaixo:

Processos Continuados			
Áreas	Valor (R\$)		
Vigilância Armada	2.060.814,63		
Limpeza	585.365,15		
Manutenção predial	305.115,08		
Apoio Administrativo 1.562.862,04			
Total 4.514.156,90			

FONTE: SEGEC



Destacam-se, ainda, os valores referentes à atualização das soluções de processamento de dados, manutenções, aquisições de hardware e software.

Vale ressaltar que foram feitas licitações e contratações de serviços de reforma de cartórios eleitorais, bem como adquiridos mobiliários para estes, alinhando- se, assim, com as ações estratégicas do TRE/AL, que tem como objetivo a melhoria das condições dos referidos cartórios. Nesse sentido, citamos como exemplos mais relevantes a continuidade das reformas realizadas na 19ª ZE – Santana do Ipanema e 46ª ZE – Cacimbinhas, que contribuíram muito para a melhoria da infraestrutura física e o funcionamento adequado das atividades institucionais do TRE/AL, nas respectivas localidades.

# JUSTIFICAM-SE AS CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES PELA NECESSIDADE DE:

- 1. Prover a infraestrutura física para o funcionamento adequado das atividades institucionais do TRE/AL, com conforto e qualidade.
- 2. Garantir a modernização do nosso parque tecnológico para que possamos as- segurar, espe-

cialmente, nossos dados digitais e as nossas informações, bem como agilizar o serviço a ser prestado, com qualidade e eficácia.

3. Conceder a qualificação técnica necessária aos servidores que desempenham suas atribuições neste Regional, agregando valor as entregas, tanto para o públi- co interno, como externo.

#### CONFORMIDADE LEGAL

O TRE/AL conta com Assessoria Jurídica e Assessoria de Contas e Apoio à Gestão, instâncias superiores que garantem a conformidade das contratações com a legislação vigente, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas aplicáveis, especialmente aquelas emitidas pelo CNJ e TSE, além das boas práticas adotadas nas instruções normativas da SEGES/MPOG, na forma recomendada pelo TCU.

#### **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

No âmbito das contratações pode-se destacar entre, os objetivos estratégicos da instituição, a garantia da infraestrutura, a alocação de recursos orçamentários e a eficiência na condução dos procedimentos internos.

As boas práticas de gestão de licitações e Contratos tem o condão de criar mecanismos para que os objetivos estratégicos possam ser desenvolvidos de forma eficaz, possibilitando, assim, o atingimento de nossa missão institucional, com agilidade nas contratações e eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados às ações do Órgão.

#### DESAFIOS, FRAQUEZAS E RISCOS NA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em nosso contexto, o maior desafio colocado é o de garantir a contratação em tempo e modo, evitando atrasos que podem comprometer as ações do Órgão, inclusive no aspecto orçamentário, frente aos reflexos do novo regime fiscal, situação que desafia a gestão a concluir as contratações em condições de executar no exercício, minimizando os riscos de inscrição em restos a pagar.

Ressaltamos, ainda, que a fase mais delicada no momento da condução do processo de aquisição encontra-se intrinsecamente ligada a área de licitações, principalmente em sua fase interna, que deve ser bem conduzida, direcionando o feito, à fase seguinte, com uma probabilidade maior de êxito. Por isso, a qualificação dos servidores que conduzem esse processo é de extrema importância.

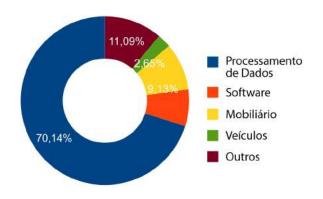
#### **GESTÃO DO PATRIMÔNIO EINFRAESTRUTURA**

#### INFRAESTRUTURA MOBILIÁRIA

A gestão dos bens permanentes do TRE-AL é conduzida pela Seção de Patrimônio, unidade vinculada à Coordenadoria de Material e Patrimônio, que controla a movimentação dos bens permanentes adquiridos, cedidos, transferidos e doados, o tombamento e destinação às unidades usuárias, o registro das movimentações entre unidades, a recepção de bens em desuso e sua destinação, inclusive, quando for o caso, para o devido desfazimento por Comissão designada para este fim, bem como as correspondentes escriturações em sistema próprio e contábeis decorrentes.

Os bens permanentes que dizem respeito a este Regional totalizam aproximadamente R\$ 13,4 milhões, dos quais destacam-se os equipamentos de processamento de dados, que perfazem cerca de R\$ 9,4 milhões (70,14% do total de ativos). Da totalidade de nosso acervo, somente no exercício de 2019, foram acrescidos cerca de R\$ 2,7 milhões em bens permanentes, sendo 49,22%, referentes a equipamentos de TI e, 35,34%, em softwares, adquiridos em decorrência da modernização do parque tecnológico, necessário para a continuidade da implementação, iniciada em 2018, dos procedimentos eletrônicos, na forma recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Distribuição dos Bens Patrimoniais					
Processamento de Dados	9.444.689,98	70,14%			
Software	941.271,98	6,99%			
Mobiliário	1.229.790,84	9,13%			
Veículos	356.960,62	2,65%			
Outros	1.493.556,87	11,09%			
Totais	13.466.270,29	100,00%			



#### INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

Prédios Gerenciados – 2019– SLC	Quantidade	
Alugados	38	
Cedidos	5	
Próprios	11	
Funcionamento em Fórum da Justiça Estadual	4	
Total de Prédios Gerenciados	55	

#### PRINCIPAIS DESAFIOS:

Otimizar a ocupação predial, eliminando locações e priorizando o funcionamento das unidades em prédios próprios - em 2019 houve redução do número de imóveis locados, em razão do rezoneamento. Iniciou-se o exercício com 38 (trinta e oito) imóveis locados, sendo finalizado com apenas 26 (vinte e seis) imóveis, resultado que representa uma redução de aproximadamente 32%.

O atual desafio consiste na mudança de localidade da atual sede (imóvel alugado) para a antiga sede (imóvel próprio em procedimento de reforma), situação que, após concretizada, representará uma redução de mais de 50% do valor atualmente dispendido com locação de imóveis.

Foram realizadas pequenas reformas em diversas unidades e reformas substanciais nos seguintes imóveis: Maceió (antiga Sede - Sinimbu), Cacimbinhas e Santana do Ipanema (Cartórios Eleitorais). Além disso, ocorreu aquisição de placas sinalizadoras, desmontagem e montagem de divisórias, visando a melhoria e adequação das unidades.

#### GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

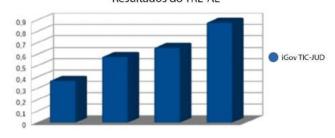
#### CONFORMIDADE LEGAL

A governança e a gestão de tecnologia da informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas foram fixadas a partir da edição da Resolução TRE/AL nº 15.732, publicada no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas em 14 de setembro de 2016.

Além disso, são observadas as diretrizes definidas por órgãos superiores e de controle, a exemplo da Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013, e da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, ambas do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, busca-se tratar as ações objeto de apontamentos oriundos de auditorias internas e externas, como também adotar medidas com a finalidade de aperfeiçoar os índices decorrentes dos levantamentos de governança promovidos pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Nacional de Justiça.

#### Levantamento de Governança de TIC realizado pelo CNJ Resultados do TRE-AL



#### MODELO DE GOVERNANÇA DE TI.

As estruturas responsáveis pelas decisões-chave de TI no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas são o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) e o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), cujas composições foram definidas na Resolução TRE/AL nº 15.732/2016.

No que é referente aos mecanismos que norteiam a governança de TI, atualmente estão vigentes:

1. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) para o período de 2017 a 2022, instituído pela Resolução TRE/AL nº 15.809/2017;

- 2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o período de 2019 a 2020, instituído pela Resolução TRE/AL nº 15.972/2019;
- 3. Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, aprovado pela Portaria TRE/AL nº 438/2017;
- 4. Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.821/2017;
- 5. Política de Continuidade de Serviços Essenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.822/2017;
- 6. Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.970/2019;
- 7. Política Corporativa de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.978/2019;

- 8. Processo de Gerenciamento, Monitoramento e de Aferição Periódica dos Acordos de Nível de Serviços Essenciais de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituído pela Portaria TRE/AL nº 358/2019;
- 9. Processo de Gerenciamento de Capacidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituído pela Portaria TRE/AL nº 354/2019;
- 10. Processo de Gerenciamento de Escopo e de Arquitetura, instituído pela Portaria TRE/AL nº 355/2019;
- 11. Processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituído pela Portaria TRE/AL nº 360/2019;
- 12. Processo de Gerenciamento de Mudanças de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituído pela Portaria TRE/AL nº 359/2019;
- 13. Processo de Gerenciamento de Problemas, instituído pela Portaria TRE/AL nº 356/2019;

- 14. Processo de Sustentação e Manutenção, instituído pela Portaria TRE/AL nº 357/2019;
- 15. Metodologia de gerenciamento de portfólio e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituída pela Resolução TRE/AL nº 15.977/2019.



#### MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI.

O montante de recursos aplicado para contratações e aquisições referentes a tecnologia da informação para o exercício 2019 totalizou o valor de R\$ 2.204.531,90, incluídas as ações de investimento (R\$ 213.702,21) e de custeio (R\$ 1.990.829,69).

#### CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI.

Levando-se em consideração a natureza da Justiça Eleitoral, que precipuamente tem a responsabilidade de prestar atendimento ao eleitor e realizar o processo eleitoral de forma célere e segura, os principais contratos de tecnologia da informação são os pertinentes aos serviços de conectividade entre o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, os Cartórios Eleitorais e os demais escritórios remotos que eventualmente são instalados para atividades específicas.

Neste contexto, merecem destaque:

- a) contrato TRE/AL nº 40/2014 (backbone secundário): responsável pela interligação entre o prédio sede do TRE de Alagoas e os diversos Cartórios Eleitorais do Estado;
- b) contrato TRE/AL nº 30/2016: interconexão de dados entre o prédio sede do TRE/AL e o Fórum Eleitoral de Maceió, sendo este último o responsável pelo maior colégio eleitoral do Estado;

c) contrato TRE/AL nº 18/2017: interconexão de dados entre o prédio sede do TRE/AL e o Fórum Eleitoral de Arapiraca, sendo este último o responsável pelo segundo maior colégio eleitoral do Estado;

d) contratos TRE/AL nº 01 e nº 20/2017: interconexão de dados do prédio sede com a rede mundial de computadores, mantidos os canais de comunicação principal e o redundante, na forma do que determina o Conselho Nacional de Justiça, consoante o teor da Resolução CNJ nº 211/2015.

#### PRINCIPAIS INICIATIVAS – SISTEMAS E PROJETOS

Inicialmente, como principal projeto iniciado no exercício de 2019, a decorrer do objetivo institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, teve-se o início do planejamento das ações técnicas para a realização das eleições municipais que ocorrerão no ano de 2020, como os estudos relativos aos pontos de transmissão e a logística de manutenção e distribuição de urnas eletrônicas.

Dentre os sistemas relevantes, cita-se a amplia-

ção do funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), com o envolvimento dos magistrados e servidores que atuam nos Cartórios Eleitorais.

Em paralelo, com forma de concluir a virtualização de todos os processos, garantiu-se o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Tribunal e nos Cartórios Eleitorais, permitindo a criação e a tramitação de processos administrativos de modo completamente eletrônico em todas as instâncias da Justiça Eleitoral em Alagoas.

Além disso, permaneceram informatizadas as atividades relativas ao controle de gestão de pessoas (sistema SGRH), à publicação em diário oficial (DEJE-AL), ao controle patrimonial (sistema ASI), ao acompanhamento de contratos (sistema SIAC) e ao reembolso de oficiais de justiça.

#### PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.

Figura-se como desafio e ações futuras a permanente missão de aperfeiçoar os mecanismos já implementados e de definir novas iniciativas de governança e de gestão de tecnologia da informação, não só com reflexos nos índices instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União, como também, sobretudo, com a modernização da prestação dos serviços informatizados aos cidadãos.

#### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

#### CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

No Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas existe sempre a preocupação com a aquisição de produtos e contratação de serviços que respeitem o meio ambiente e que não afetem a qualidade de vida desta e de gerações futuras. Os critérios sustentáveis são previstos nas especificações técnicas constantes nos Termos de Referência de forma clara, objetiva, formulados de maneira que não frustrem a competitividade.

#### Alguns aspectos de sustentabilidade adotados no TRE-AL

Os produtos utilizados pela empresa contratada responsável pela limpeza do Tribunal obedecem às classificações e especificações da ANVISA, observando a Lei n. 6.360/76, regulamentada pelo Decreto n. 8.077/13;

Produtos como sabão e detergentes, adquiridos pelo Tribunal, são isentos de fósforo ou com a concentração dentro do limite máximo;

Álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas são adquiridos com a regularidade aferida pela ANVISA;

Prioriza-se, quando da aquisição, produtos concentrados e/ou que possam comercialização em refil;

Opta-se, quando possível, pelas assinaturas de revistas e periódicos em versões eletrônicas.

#### ENERGIA ELÉTRICA



No exercício de 2019, três foram as ações estabelecidas para serem executadas, foram priorizadas e encontram-se

em execução no momento, quais sejam: utilização, sempre que possível, de sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; substituição paulatina, sempre que possível, de lâmpadas com maior eficiência energética e realização de campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso de energia elétrica.

# 1,200,000,00 1,000,000,00 800,000,00 400,000,00 200,000,00 0,00 2016 2017 2018 2019

Energia Elétrica

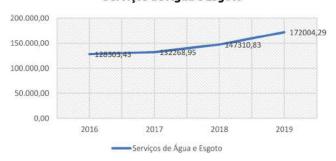
#### ÁGUA E ESGOTO



As duas ações previstas no PLS estão em execução, quais sejam: adotar medidas para evitar o desperdício de água e

realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água. Pela série histórica, percebe-se que houve aumento especialmente em razão da economia de mercado e sua variação inflacionária.

#### Serviços de Água e Esgoto



Fonte: SAD/SBE

#### PAPEL



A quantidade de resmas de papel branco, no exercício 2019, aumentou em quase 36% (de 397 para 540 res-

mas/ano). Apesar do aumento, no montante geral, a quantidade de resmas de papel continuou decrescendo em, aproximadamente, 17% com relação ao período anterior.

Nesse sentido, como objetivo para 2019, foi realizado um planejamento para continuidade das campanhas de conscientização, inclusive, com metas a serem alcançadas individualmente pelas unidades, pois ainda é visível no Tribunal um número excessivo de impressões, detectado notadamente em anos Eleitorais.

Com efeito, em 2019, foi ampliada a Instalação, nos computadores que ainda não possuíam o sistema do software Papercut que apura a quantidade de impressão, podendo ser feito planejamento para viabilização durante as visitas técnicas da Tecnologia da Informação.

Outrossim, as ações continuadas de sensibilização quanto ao consumo consciente de papel estão sendo efetivadas, sendo que, como efeito das referidas ações verificou-se forte decréscimo no gasto de papel do Tribunal.

A previsão para 2020 é que haja uma redução maior no consumo de papéis neste regional, devido a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Entre as iniciativas em andamento para assegurar o objetivo previsto estão campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente e adoção de medidas ambientalmente corretas, além da publicação da Portaria nº 39/2020 da Presidência do TRE-AL que regulamentou o uso de copos descartáveis e dispõe sobre a racionalização do uso de papéis para impressão na Justiça Eleitoral de Alagoas.



#### Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

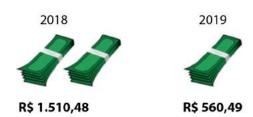


#### **INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Destacam-se as seguintes variações apresentadas entre as demonstrações contábeis 2018/2019:

#### **BALANÇO PATRIMONIAL**<sup>1</sup>

#### Caixa e Equivalentes de Caixa



Verificou-se que houve uma significativa diminuição do saldo de recursos financeiros existentes no órgão no final do exercício de 2019, representando cerca de 62,9% de redução em relação ao ano de 2018, resultante, fundamentalmente, do grande esforço da administração em pagar aos fornecedores que atenderam aos requisitos para a devida liquidação, evitando dessa forma impactos negativos no exercício subsequente, notadamente em virtude dos efeitos da Emenda Constitucional 95/2016.

#### DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Observa-se um aumento nesta rubrica, de aproximadamente 86,3% em relação ao exercício anterior, como consequencia de um maior volume de concessão de férias a serem gozadas no mês subsegüente.

#### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD'S) PAGAS ANTECIPADAMENTE

As VPD'S antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, cujos benefícios ou prestação de servico à entidade ocorrerão no futuro. O saldo está representado pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Houve um considerável acréscimo nas despesas pagas antecipadamente quando comparadas com àquelas do

exercício de 2018, resultando em um aumento em 2019 de aproximadamente 245,3%, este resultante principalmente da contratação de extensão de garantia para equipamentos de informática e softwares.

#### **IMOBILIZADO**

Há que se destacar o volume de recursos alocados no Imobilizado deste Tribunal, que representa cerca de 85,3% do Ativo do Órgão. Isso se justifica tendo em vista a estrutura de funcionamento do órgão, pois necessita manter um complexo rol de equipamentos para melhor atendimento ao seu público alvo, em especial os vinculados à Tecnologia da Informação.

Dos valores alocados no Imobilizado, registrados como Bens Móveis, se destaca o investimento em Tecnologia da Informação, notadamente quanto aqueles feitos na aquisição de urnas eletrônicas e equipamentos de informática, que dão ao órgão celeridade no atendimento de suas demandas internas e externas, garantindo que seja atingida sua missão institucional. Destaque-se, neste ponto, que do total de Bens Móveis, aproximadamente 74,0% representam tais investimentos.

<sup>1</sup> Valores em R\$ 1.000,00

No que se refere aos Bens Imóveis, tem-se registrado o valor bruto de R\$ 22.009,78 conforme quadro abaixo:

BENS DE USO ESPECIAL	21.067,74	
Imóveis Residenciais/Comerciais	655,02	
Edifícios	13.612,72	
Terrenos e Glebas	6.800,00	
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	841,13	
INSTALAÇÕES	100,90	
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	22.009,78	

Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral, cuja composição é a demonstrada abaixo:

Espécie	lmo	Valor	
	2829000125008	PASSO DE CAMARAGIBE	136,75
	2853000135006	RIO LARGO	518,27
	2705000415002	ARAPIRACA	1.160,00
	2723000115007	CACIMBINHAS	130,10
	2785000265009	MACEIÓ (PRAÇA SINIMBU)	5.189,52
EDIFICIOS	2785003785003	FÓRUM CAPITAL	4.155,12
EDIFICIOS	2787000065006	MAJOR ISIDORO	589,51
	2793000145004	MARECHAL DEODORO	597,29
	2825000305003	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1.237,40
	2833000475007	PENEDO	315,00
	2845000155006	PORTO CALVO	238,77
	Total		14.267,75
TERRENOS	2785004595003	Maceió (Nova Sede)	6.800,00
TEITHEITOS	Total		6.800,00
TOTAL GERAL			21.067,75

É importante destacar que esses volumes de recursos apontados correspondem ao valor bruto, que deve ser deduzido da depreciação acumulada correspondente.

#### INTANGÍVEL

Apesar da pequena relevância deste item, considerado em relação ao ativo não circulante do órgão, aproximadamente 6,8%, convém mencionar que o mesmo é composto em sua totalidade por softwares, cujo valor monta R\$ 2.562,44, sendo sujeito à amortização, através do método das cotas constantes/linear, os que têm vida útil definida, que perfazem o total de R\$ 30,00.

Não houve amortização do intangível registrado como de vida útil definida, que será reconhecido no exercício 2020, representando mudança de critério contábil passível de ajuste de exercícios anteriores.

#### DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS

Trata-se de conta retificadora do ativo imobilizado, particularmente dos bens imóveis, em que se evidencia a sua redução de valor em razão do desgaste pelo uso e/ou ação da natureza.

Houve aumento da ordem de 244,8% em relação ao exercício anterior, entretanto isto decorreu funda-

mentalmente da realização de registro em duplicida de, este retificado em 31.01.2020 à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores por se tratar de erro imputável a exercícios anteriores no importe de R\$ 64,10.

#### OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Aqui temos presente a rubrica Férias a Pagar, em que apropria-se, em atenção ao princípio da competência, a parcela mensal relativa a tal obrigação, sendo importante frisar que, sob o regime estatutário dos servidores civis da União, o período aquisitivo se confunde com o concessivo após o primeiro ano de exercício no cargo.

Merece destaque a realização da baixa do saldo de férias a pagar do exercício anterior, a título de retificação de erros de exercícios anteriores, posto que não havia férias pendentes de pagamento.

#### FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Vem ocorrendo, por sucessivos anos, uma significativa redução do nível de endividamento de corrente de compromissos assumidos com credores nacionais, reduzindo o volume em 80,9%, pois passou em 2018 de R\$ 129,36 para R\$ 24,64 em 2019, representando um maior esforço da Administração em pagar aos fornecedores que atenderam aos requisitos para a devida quitação e evitar impactos negativos no orçamento do exercício subseqüente, tendo em vista as limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95.

#### DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Destaca-se um aumento de aproximadamente 67,6% com relação a 2018. Isso ocorreu devido a um maior volume de retenções de glosas cautelares de fornecedores do Órgão, em face de aplicação de penalidade por descumprimento de cláusulas contratuais. A presente rubrica ainda é composta pelos depósitos e cauções recebidos em espécie, cujo valor não se modificou.

#### RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA's) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD's), estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. O Resultado do Exercício passou de um montante negativo da ordem de R\$ 1.941,35 em 2018 para R\$ 390,24 positivo em 2019, representando uma variação positiva de aproximadamente 120,1%.

#### AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

É constituído, fundamentalmente, pelo ajuste realizado na rubrica Férias a Pagar, componente do grupo "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Pagar a Curto Prazo", posto que não havia qualquer valor pendente de pagamento para tal rubrica.

#### **NOTAS EXPLICATIVAS**

#### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### Natureza jurídica da entidade

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é órgão da justiça especializada do Poder Judiciário Federal

#### Domicílio da entidade

Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57.051-090.

### Natureza das operações e principais atividades da entidade

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual; (ii) julgar recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; (iii) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição; e

(iv) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal.

Aos Cartórios Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; (ii) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns de sua competência; (iii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; (iv) organizar e promover atos para realização das eleições dentro de sua circunscrição; e (v) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

# RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTABÉIS SIGNIFICATIVAS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste TRE-AL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

#### **MOEDA FUNCIONAL**

A moeda funcional é o Real. Não há operações em moeda estrangeira.

#### **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) estoques; (iii) depósitos efetuados; (iv) impostos a compensar e (v) créditos a receber por infrações. Os itens são mensurados e avaliados pelo critério do "valor original", acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando pertinente.

#### **ESTOQUES**

São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

#### **VPD'S PAGAS ANTECIPADAMENTES**

Trata-se de valores pagos com antecedência, como prêmios de seguros e assinaturas/anuidades de revistas, periódicos e similares, e que se referem a períodos subsequentes de competência subsequentes, constituindo-se, assim, como direito e sendo baixado à medida que se avança no prazo da contratação.

#### ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, sendo estes os que superam o exercício subsegüente. Os itens são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

#### **IMOBILIZADO**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### **INTANGÍVEL**

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

#### **DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os gastos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes e a vida útil e o valor residual são os definidos no item 6.3 da macrofunção 020330 do Manual Siafi...

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês sequinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### **DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUNet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II reavaliados, aqueles nos quais:
- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, sendo a vida útil definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do valor da reavaliação e de sua nova vida útil. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

#### **PASSIVO**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

#### **APURAÇÃO DO RESULTADO**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

#### • Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas de modo confiável, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o Tribunal, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de

competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### • Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### Restos a Pagar

Trata-se das despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, nos termos do art. 36 da Lei 4.320/64, sendo não processados as que não passaram pela fase de liquidação a que se refere o art. 63 da mesma norma.

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO<sup>2</sup>

#### RECEITA

Este Tribunal não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), vez que tais dados são evidenciadas no demonstrativo do Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

#### **DESPESA**

As despesas orçamentárias foram registradas com a emissão dos empenhos e obedecendo o Princípio da Anualidade Orçamentária. Desta forma, ao longo do exercício, foram reconhecidas e contabilizadas no momento da liquidação.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. A inscrição em Restos a Pagar não processados foi condicionada a indicação dos empenhos

pelo Ordenador de Despesa, conforme artigo 68, §1º do Decreto 93.872/86.

#### **BALANÇO FINANCEIRO**<sup>3</sup>

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Trata-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face às obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

#### INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Importante evidenciar a redução em torno de 83,0% no valor de inscrição em Restos a Pagar Não Processados, considerando que em 2018 foi inscrito o valor de R\$ 2.687,24 e em 2019 de R\$ 456,66, sendo tal diminuição decorrente do esforço deste Órgão em promover a liquidação das despesas dentro do próprio exercício, tendo em vista as restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95.

<sup>2</sup> Valores em R\$ 1.000,00

<sup>3</sup> Valores em R\$ 1.000.00

#### PAGAMENTOS DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Convém consignar que houve um aumento considerável nos pagamentos dos restos a pagar não processados, sendo pago R\$ 1.015,52 em 2018 e R\$ 2.215,78 em 2019, resultando em acréscimo da ordem de R\$ 1.200,26, equivalente a 118,2%, em consequência do esforço do Órgão no pagamento de valores anteriormente inscritos.

#### **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**<sup>4</sup>

#### ATIVIDADES OPERACIONAIS - INGRESSOS

#### Transferências Financeiras Recebidas

Tratam-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face às obrigações assumidas, compondo quase que a totalidade dos ingressos financeiros dos fluxos de caixa das atividades operacionais, equivalendo a 99,0% deste.

#### 4 Valores em R\$ 1.000,00

#### ATIVIDADE DE INVESTIMENTO - DESEMBOLSOS.

#### Aquisição de Ativo Não Circulante

No tocante a esta rubrica, convém frisar que totaliza os desembolsos para aquisição, principalmente, de equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação, tendo ocorrido uma redução em torno de 15,4% com relação ao exercício de 2018.

#### **Outros Desembolsos de Investimentos**

Tem-se, nesta rubrica, um montante decorrente integralmente da aquisição de softwares, registrando, ainda, não ter havido desembolso para este mesmo item no exercício anterior.

# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS<sup>5</sup>

#### Variações Patrimoniais Aumentativas

Nas variações patrimoniais aumentativas observa--se uma redução de aproximadamente 6,0%. Tal redução

5 Valores em R\$ 1.000,00

se deu em virtude do ano em referência não ser eleitoral, logo, não havendo a necessidade de um maior aporte de recursos para fazer frente às despesas contraídas.

#### Variações Patrimoniais Diminutivas

No tocante às variações patrimoniais diminutivas, destaca-se, com relação ao exercício anterior, uma redução nas despesas com materiais de consumo e contratações de serviços, motivadas, principalmente, porque o atual exercício não foi ano de realização de pleito eleitoral, quando há um aumento considerável das ações voltadas a consecução do mesmo, aumentando-se os gastos corriqueiros da Administração. A referida redução foi de aproximadamente 30,5%.

#### Variação das despesas com Material de Consumo e Contratação de Serviços



Destacamos, ainda, a variação relativa a Desincorporação de Ativos, posto que passou de R\$ 4.838,38 em 2018 para apenas R\$ 418,44 em 2019.

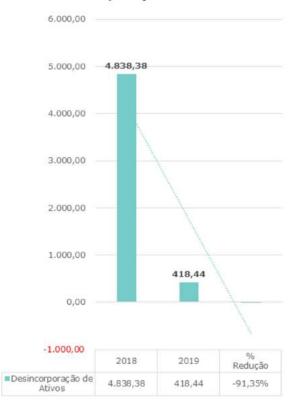
Em realidade os processoS de desincorporacão de ativos/doação instruídos principalmente nos procedimentos administrativos SEI nº 0001222-69.2018.6.02.8000, 0010618-70.2018.6.02.8000 e 0006006.89.2018.6.02.8000 teve um efeito bruto da ordem de R\$ 224,21.

A variação excepcional, registrada no demonstrativo contábil, deu-se em virtude da sistemática do SIAFI para reclassificação de bens do ativo, cuja contabilização registra sua baixa em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (Desincorporação de Ativos) e sua nova reclassificação em Conta de Variação Patrimonial Aumentativa (Reavaliação de Ativos). Neste caso, o efeito patrimonial é nulo. Entretanto, se analisarmos o grupo de conta isoladamente teremos uma visão distorcida do efeito patrimonial.

Os referidos ajustes contábeis tramitaram no procedimento SEI nº 0009798-85.2018.6.02.8000 e consistem na reclassificação contábeis dos bens imóveis de Palmeira dos Índios no montante de R\$ 1.156,96 e Fórum Eleitoral de Maceio no valor de • GESTÃO DE CUSTOS R\$ 3.414,38.

É importante registrar que os bens desincorporados já não tinham utilização funcional e estavam gerando gastos desnecessários com armazenamento e controle.

#### Desincorporação de Ativos



A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de

desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada "Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC". A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão

e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: "Itens de Custos" e "Atividades/ Serviços".

No eixo das "Atividades/Serviços", procura-se responder à questão "Para quê?", e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

Alimentação Telefonia Energia Água de Mesários Elétrica Aluguéis Pessoal e Transporte Benefícios de Urnas Manutenção de Software Centro de Diárias **Custos** Depreciação Manutenção de Imóveis Predial Limpeza Material itens de Consumido Vigilância Custos \* Eletrônica e Ostensiva Terceirização Capacitação \*Atualmente são 40 itens de custos

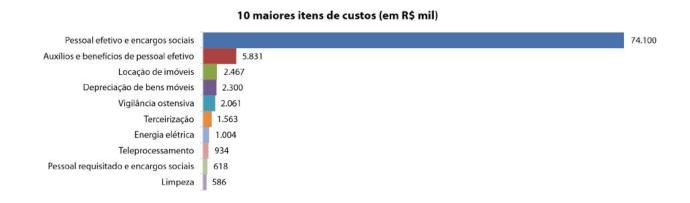
No eixo dos "Itens de Custos", procura-se responder à questão "**Com o quê?**", e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



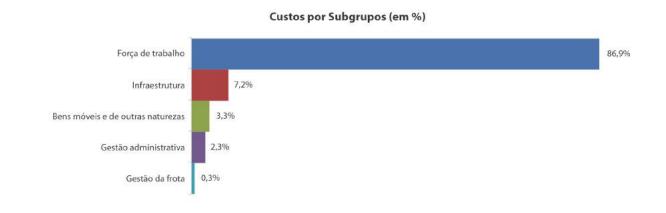
\* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/ serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

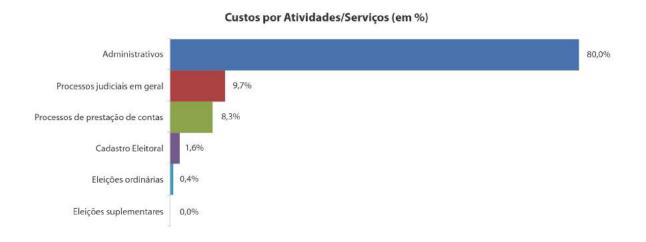
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no exercício de 2019**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



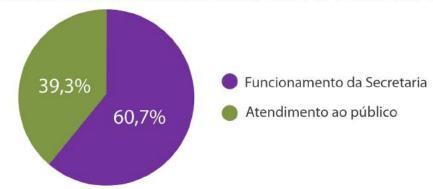
Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

### Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



#### DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na data em epígrafe e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas na data em epígrafe, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, EXCETO quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Balanço orçamentário: Esta UG não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), estas sendo evidenciadas no referido demonstrativo no Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

Aos bens móveis permanentes: Não houve a conclusão do inventário dos referidos bens em sua integralidade, notadamente quanto ao acervo bibliográfico, assim, restou prejudicado qualquer reconhecimento tempestivo de variações porventura apuradas para o exercício correspondente.

A depreciação de bens imóveis: Houve aumento da ordem de 245,0% em relação ao exercício anterior, entretanto isto decorreu fundamentalmente da realização de registros em duplicidade, estes retificados em 31.01.2020 à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores por se tratar de erro imputável ao exercício anterior.

A amortização do intangível (softwares): Não realizada por não haver tempo hábil a tanto, já que o sistema de controle atualmente utilizado somente foi atualizado no início de novembro.

Maceió-AL, 28 de janeiro de 2020.

#### Márcio Andrade da Silva

CRC SE 005557/O-0

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas estão disponíveis no Portal da Transparência e são as abaixo relacionadas:

**Balanço Patrimonial (BP)** – Evidencia os ativos, passivos e patrimônio líquido do Tribunal;

**Balanço Orçamentário (BO)** – Espelha a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;

**Balanço Financeiro (BF)** - Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;

**Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** – Apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento;

**Demonstração das Variações Patrimoniais** (**DVP**) – Neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP vigente para o referido exercício e o Manual SIAFI.

Os valores constantes nas demonstrações contábeis em anexo, estão representados em **R\$ 1.000,00** (Milhares de Reais).

# BALANÇO PATRIMONIAL

	ANTON	ķ.
4	43	3
ď	26.2	5
	-dilb	r

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	2019	Anual
TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA -
SUBTITULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	200012020	
ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL	VALORES EM M	LHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO		2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	3.500,10	3,132,51	PASSIVO CIRCULANTE	343,33	2.721,4
Caixa e Equivalentes de Caixa	560,49	1.510,48	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		2.401,9
Créditos a Curto Prazo	-		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.873,19	1,005,44	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	24,64	129,3
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-		Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Estoques	522,13	458,95	Obrigações de Repartição a Outros Entes	92	
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda			Provisões a Curto Prazo		
VPDs Pagas Antecipadamente	544,29	157,64	Demais Obrigações a Curto Prazo	318,69	190,1
ATIVO NÃO CIRCULANTE	37.853,31	37.806,88	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		0
Estoques	-		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	
Investimentos	-		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Participações Permanentes	-		Obrigações Fiscais a Longo Prazo	8	
Propriedades para Investimento	-	1	Provisões a Longo Prazo	32	
Propriedades para Investmento			Demais Obrigações a Longo Prazo	124	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			Resultado Diferido		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	343,33	2.721,4
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(n
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	.	-	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			Patrimônio Social e Capital Social	2010	20.0
Demais Investimentos Permanentes	-				
Demais Investimentos Permanentes			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) Reservas de Capital	1	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Imobilizado	35.290,87	36.596,61	Ajustes de Avaliação Patrimoniai Reservas de Lucros		
Bens Môveis	14.086,74	14,820,46		35	
Bens Môveis	30.594,98	29.115,95		44.040.00	38.217.9
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.508,12	-14,295,48	Resultados Acumulados	41.010,08	100000000000000000000000000000000000000
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			Resultado do Exercício Resultados de Exercícios Anteriores	390,24	-1.941,3
Bens Imóveis	21.204.13	21,776,15		38.217,90	40.158,9
Bens Imóveis	22.009.78	22.009.78	Ajustes de Exercicios Anteriores	2.401,94	0,2
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-805,65	-233,64	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	100001		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.010,08	38.217,9
Intangivel	2.562.44	1,210,27			
Softwares	2.582,44	1.210.27			
Softwares	2.582.44	1,210,27			
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas. Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		0.2			
1					

# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1	iń	N	ú	Ĺ
Æ	53		æ	5
-8	82		ű	ĕ
43	级	Ø	ø	5
.70	SF		ø	7

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

dis.	. 1	
TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		_
SUBTITULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL		

2019	Anual
EMISSAO	PAGINA 1

VALORES EM MILHARES DE REAL

	RECE	ITA		17
RECEITAS ORÇAMENTÂRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		+	-	
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria			s =	
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos			2	
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangivel				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços		2		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				) a
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			-	
Demais Receitas Comentes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno			-	
Operações de Crédito - Mercado Externo	12			
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis		2		
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangiveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

	فد	ė	Ŕ	ú	L	
3606	£			ğ	ğ	
	ø	ß,	à	ĕ	5	r

### MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2019	PERIODO — Anual
TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA
SUBTITULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL	VALORES EM MI	LHARES DE REAL

	REC	CEITA		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social		*		3
Resultado do Banco Central do Brasil		-		
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-		
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-		
Demais Receitas de Capital		-		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	4	
SUBTOTAL DE RECEITAS		-		
REFINANCIAMENTO		-		3
Operações de Crédito - Mercado Interno		-		1
Mobiliária		-		l e
Contratual		-		9
Operações de Crédito - Mercado Externo		-		
Mobiliária		-	-	
Contratual		-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	•	
DEFICIT			119.884,47	119.884,47
TOTAL		3	- 119.884,47	119.884,47
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-		
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	9
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	
Créditos Cancelados Líquidos		-		

		DESPESA				
DESPESAS ORÇAMENTÂRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	111.781,88	119.457,38	117.273,64	116.966,23	116.861,49	2.183,74
Pessoal e Encargos Sociais	92.188,62	99.814,63	99.014,74	99.014,74	99.014,74	799,88
Juros e Encargos da Dívida				-		
Outras Despesas Correntes	19.593,26	19.642,75	18.258,89	17.951,48	17.846,74	1.383,86
DESPESAS DE CAPITAL	497,40	3.296,60	2.610,83	2.461,58	2.393,90	685,77
Investimentos	497,40	3.296,60	2.610,83	2.461,58	2.393,90	685,77
Inversões Financeiras	-	2		-	-	Constant
Amortização da Divida			12		-	9
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-					
RESERVA DO RPPS	-	-		-	84	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	112.279,29	122.753,98	119.884,47	119.427,80	119.255,39	2.869,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO				-		,
Amortização da Dívida Interna	-	-		-	-	,
Divida Mobiliária	-			-		
Outras Dividas	-					
Amortização da Dívida Externa	-		(a)			
Divida Mobiliária			-			
Outras Dívidas				-	-	

()			۵	ú	ĸ	ù	L	
13		ä	e	3		n	e	Ŀ
- No. 138	Ą	ķ	i) W				a	
	4	7	Ų	ķ		S	y	t

### MINISTÉRIO DA FAZENDA

	A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO 2019	PERIODO — Anual
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 29/01/2020	PAGINA
SUBTITULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
RGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL		VALORES EM MILI-	ARES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DOTAÇÃO INICIAL DOTAÇÃO ATUALIZADA DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS SALDO DA DO					SALDO DA DOTAÇÃO	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	112.279,29	122,753,98	119.884,47	119.427,80	119.255,39	2.869,51
TOTAL	112.279,29	122.753,98	119.884,47	119.427,80	119.255,39	2.869,51

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCICIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	346,90	2.131,49	1.674,45	1.660,02	358,45	459,91
Pessoal e Encargos Sociais	-	245,53	3,95	3,95	241,58	-
Juros e Encargos da Divida	-	-	-		-	-
Outras Despesas Correntes	346,90	1.885,96	1.670,50	1.656,08	116,88	459,91
DESPESAS DE CAPITAL	36,72	555,75	555,75	555,75	36,72	99-
Investimentos	36,72	555,75	555,75	555,75	36,72	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-			-
TOTAL	383,62	2.687,24	2.230,20	2.215,78	395,17	459,91

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÂRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10,06	153,00	108,86	15,90	38,30
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Divida					
Outras Despesas Correntes	10,06	153,00	108,86	15,90	38,30
DESPESAS DE CAPITAL	11,16	37,61	37,45	-	11,32
Investimentos	11,16	37,61	37,45	-	11,32
Inversões Financeiras		-	-	-	
Amortização da Dívida				- 4	-
TOTAL	21,22	190,60	146,31	15,90	49,62

## **BALANÇO FINANCEIRO**

100	й	ú	
251	36	B	į,
8		d	r
<b>√36</b>	lа	ø	5,1
-4	17	P	

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

414		 VV-251	
TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	- EMISSAO	P/
SUBTITULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	29/01/2020	
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL	VALORES EM MIL	HARES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018		
Receitas Orgamentárias		-	Despesas Orçamentárias	119.884,47	124.319,52		
Ordinárias	-	-	Ordinárias	110.280,89	113.292,38		
Vinculadas	-		Vinculadas	9.603,57	11.027,14		
Previdência Social (RPPS)	-	2	Previdência Social (RPPS)	9.603,57	9.359,14		
Recursos a Classificar			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-CEUCHERO	1.668,00		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-		Recursos a Classificar		-		
Transferências Financeiras Recebidas	120.674,84	123.794,72	Transferências Financeiras Concedidas	1.106,07	1.209,45		
Resultantes da Execução Orçamentária	120.218,87	123,156,16	Resultantes da Execução Orçamentária		-		
Sub-repasse Recebido	120.218,87	123,156,16	Independentes da Execução Orgamentária	1.106,07	1.209,45		
Independentes da Execução Orçamentária	455,97	638,56	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.106,07	1.209,45		
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	449,46	630,38	Aporte ao RPPS		-		
Demais Transferências Recebidas	1,02	0,02	Aporte ao RGPS		-		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5,49	8,16					
Aporte ao RPPS							
Aporte ao RGPS							
Recebimentos Extraorçamentários	1.838,17	4.180,71	Pagamentos Extraorçamentários	2.472,45	1.355,84		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	172,42	190,60	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	146,31	294,19		
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	456,66	2.687,24	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.215,78	1.015,52		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	109,53	101,60	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	110,37	31,83		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.099,57	1,201,27	Outros Pagamentos Extraorçamentários		14,30		
Arrecadação de Outra Unidade	1.099,57	1.201,27	Demais Pagamentos		14,30		
Saldo do Exercício Anterior	1.510,48	419,86	Saldo para o Exercicio Seguinte	560,49	1.510,48		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.510,48	419,86	Caixa e Equivalentes de Caixa	560,49	1.510,48		
TOTAL	124.023,49	128.395,28	TOTAL	124.023,49	128.395,28		

PERIODO Anual

- PAGINA

# **DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

S1000	RIO DA FAZENDA A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2019	PERIODO —
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 28/01/2020	PAGINA -
SUBTITULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL	VALORES EM MI	LHARES DE REAL

Variações patrimoniais quantitativas		
	2019	2018
ARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	122.188,47	129.997,
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostes		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais	134	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	20,16	20,
Venda de Mercadorias	-	
Vendas de Produtos	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	20,18	20.
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2,52	0.
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	
Juros e Encargos de Mora	2,52	0,
Variações Monetárias e Cambiais		0.
Descontos Financeiros Obtidos	72	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	120.680,12	124.022,
Transferências Intragovernamentais	120,674,84	123.794,
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5,28	228,
Valorização e Ganhos d'Ativos e Desincorporação de Passivos	394,62	4.722.
Reavaliação de Ativos	1900	4.571,
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	378,72	150,
Ganhos com Desincoporação de Passivos	15,90	
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.091,04	1.232
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		200
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		



#### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS TITULO SUBTITULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

EMISSAO -	PAGIN
29/01/2020	3

	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.091,04	1.232
ARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	121.798.23	131.935
Pessoal e Encargos	93.760.94	94.76
	75.408.37	76.56
Remuneração a Pessoal Encargos Patronais	12.285.76	11.82
Beneficios a Pessoal	6.000,81	6.38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos Beneficios Previdenciários e Assistenciais	10.440.47	9.85
Aposentadorias e Reformas	8.504,33	7.64
Pensões	1,932,18	2.16
Beneficios de Prestação Continuada	1	
Beneficios Eventuais	*	
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Beneficios Previdenciários e Assistenciais	3,96	
Uso de Bens, Servigos e Consumo de Capital Fixo	15.905,15	20.9
Uso de Material de Consumo	518,60	1.0
Serviços	12.437,24	17.5
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.949,32	2.3
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,27	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	1,26	
Variações Monetárias e Cambiais	-	
Descontos Financeiros Concedidos	0,01	
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	1.130,74	1.2
Transferências Intragovernamentais	1.106,07	1.2
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	24,67	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	428,21	4.9
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	744,4	4.00
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias	9,77	
Incorporação de Passivos	4,77	
Desincorporação de Ativos	418,44	4.8

ì	إفضا	Ś	ķ	Ŀ
1	Si.	9	i	Ì
٩	<b>8</b>	ė	ĕ	ý

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTITULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

2019	PERIODO — Anual
EMISSAO	PAGINA 3

VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITAT	NAS	
	2019	2018
Tributárias	41,40	45,4
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3,62	14,1
Contribuições	37,78	31,3
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	90,06	79,2
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos	8,39	17,7
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	81,67	61,5
ESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	390.24	-1.941,3

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

WHITE THE PARTY OF	RIO DA FAZENDA A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2019	PERIODO —
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 29/01/2020	PAGINA -
SUBTITULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	2010 112020	
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL	VALORES EM MILHA	RES DE REAL

	2019	2018
LUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.037,12	3.023,1
INGRESSOS	121.883,93	125.097,5
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribulções		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas	Tage 1	
Intergovernamentals		
Dos Estados elou Distrito Federal	t a la constant	
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	121.883,93	125.097,5
Ingressos Extraorçamentários	109,53	101,6
Transferências Financeiras Recebidas	120.674,84	123.794,7
Arrecadação de Outra Unidade	1,099,57	1.201,
DESEMBOLSOS	-119.846,82	-122.074
Pessoal e Demais Despesas	-106.405,88	-108.990,7
Legislativo		
Judiciário	-95.841,80	-99.083,7
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores	34	
Assistência Social		
Previdência Social	-10.564,08	-9.906,6
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania	7.	
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		

	á	ú	9ı	ы
- 1	я			æ
- 28	и			я
- 7	6			id
-7	5	æ	ы	ye
-34	2	ĸ,	ю	ю
	е	91	. 4	r

#### MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS SUBTITULO ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

EMISSAO -	PAGINA -
29/01/2020	2

	2019	2018
Comércio e Serviços	-	
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-12.224,49	-11.828,0
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municipios	9	
Intragovernamentais	-12.224,49	-11.828.
Outras Transferências Concedidas		
Outros Desembolsos Operacionais	-1.216,44	-1.255
Dispêndios Extraorçamentários	-110,37	-31.
Transferências Financeiras Concedidas	-1.106,07	-1.209,
Demais Pagamentos	300000	-14,
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.987,10	-1.932,
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	-2.987,10	-1.932
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.634,93	-1.932.
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.352,17	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		
Transferências de Capital Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municipios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Divida		
Outros Desembolsos de Financiamento		

S. 10.10	RIO DA FAZENDA A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2019	PERIODO —
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 29/01/2020	PAGINA —
SUBTITULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	28/01/2020	•
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL	VALORES EM MILI	HARES DE REAL

	2019	2018
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-949,98	1.090,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.510,48	419,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	560,49	1.510,48

### **DEMONSTRAÇÕES**

# • INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DA UPC

O Setor de Contabilidade - SCON está organicamente inserido na Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COFIN, sendo composto por 04 (quatro) servidores, sendo 03 (três) com formação contábil, conforme elenco abaixo:

- 1. Márcio Andrade da Silva Analista judiciário da área administrativa com especialidade em contabilidade, sendo a atual lotação nesta unidade desde 08/05/2009.
- 2. Maurício Marcelino Alves Analista judiciário da área administrativa com especialidade em contabilidade, sendo a atual lotação nesta unidade desde 16/02/2016.
- 3. Marcelo da Silva Viana Técnico judiciário com formação em contabilidade, sendo a atual lotação nesta unidade desde 02/03/2016.

As competências são as descritas no artigo 67 da Resolução TRE-AL nº 15.904/2018, abaixo reproduzido:

Art. 67 À Seção de Contabilidade compete:

 I – verificar os processos de despesas, quanto a seus aspectos contábeis, visando à correta escrituração dos atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais da administração;

II – verificar a conformidade dos documentos emitidos na Seção de Contabilidade pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ou outro que venha a substituí-lo, com o mesmo fim;

III – realizar a conformidade contábil conforme
 legislação e orientações vigentes;

IV – efetuar a conferência mensal dos relatórios de movimentação de bens móveis e do material do almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ou outro que venha a substituí-lo, com o mesmo fim;

V – efetuar a verificação de Balancetes e demais demonstrações contábeis decorrentes da execução orçamentária e financeira geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ou outro sistema que venha a substituí-lo com o mesmo fim;

VI – realizar a conciliação das contas de controle e adiantamentos, e os registros daquelas que não sejam processadas nas outras unidades;

VII – elaborar, quadrimestralmente, relatório de gestão fiscal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encaminhando-o em tempo hábil à Assessoria de Contas e Apoio à Gestão;

VIII – Manter atualizados, em seu sítio eletrônico, os relatórios contábeis determinados pela legislação vigente e pelo Conselho Nacional de Justiça, com vistas a ampliação da transparência governamental;

IX – realizar os procedimentos contábeis necessários ao encerramento do exercício e prestar orientação às demais unidades, visando à otimização dos procedimentos no âmbito da Unidade de Gestão Executora, de acordo com as normas em vigor;

X – organizar e manter os arquivos físicos ou digitais relativos às atividades desenvolvidas na área contábil:

XI – desenvolver suas atividades de forma integrada às demais unidades da Coordenadoria, privilegiando o compartilhamento de informações, visando à otimização dos serviços prestados;

XII – executar o expediente relacionado com os serviços a seu cargo, praticando os demais atos determinados pelo superior hierárquico;

XIII – analisar e propor medidas que possam trazer maior eficiência e celeridade às atividades desenvolvidas pela Unidade ou pelo Órgão. • CONCLUSÕES DE AUDITORIAS INDEPENDENTES E/OU DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PÚBLICO E AS MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO A CONCLUSÕES OU EVENTUAIS APONTAMENTOS.

Durante o ano de 2019, o TRE/AL não foi examinado por empresa de auditoria independente, nem objeto de auditoria específica por órgão de controle externo.

Também não tivemos conhecimento de determinação do Tribunal de Contas da União direcionada a este Tribunal, no exercício em referência.

As Ações Coordenadas de Auditoria, promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça, realizadas pela equipe de auditoria do TRE/AL, nos temas **Gestão Documental** (SEI nº 0001008-44.2019.6.02.8000) e **Governança Orçamentária e Financeira** (SEI nº 0003851-79.2019.6.02.8000), ainda pendentes de retorno acerca das conclusões do CNJ, encontram-se descritas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

### ACESSO PÚBLICO ÀS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

Visando maior transparência do processo Contábil, Orçamentário e Financeiro, as demonstrações e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra no sítio com endereço http://www.tre-al.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal.





### **GLOSSÁRIO:**

### AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

#### **ACHADO**

É a prova obtida pelo auditor com a aplicação dos procedimentos de auditoria, para avaliar se os critérios estabelecidos estão sendo ou não atendidos.

#### **ACTIVE DIRECTORY**

Ferramenta utilizada para o gerenciamento de usuários de rede, denominada serviço de diretório. Um diretório nada mais é do que um banco de dados contendo informações dos usuários de uma organização, tais como nome, login, senha, cargo e perfil.

### ALTA ADMINISTRAÇÃO

Gestores que integram o nível executivo mais elevado da organização com poderes para estabelecer as políticas, os objetivos e conduzir a implementação da estratégia para realizar os objetivos da organização.

#### ATIVIDADES DE CONTROLES

Ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos.

#### **BACKUP**

Expressão em inglês que tem o significado de cópia de segurança. É frequentemente utilizado em informática para indicar a existência de cópia de um ou mais arquivos guardados em diferentes dispositivos de armazenamento.

### **BACKBONE SECUNDÁRIO**

Rede de comunicação entre o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e os Cartórios Eleitorais.

### **BALANÇO FINANCEIRO**

Demonstração contábil que evidencia os totais anuais das receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias executadas, bem como os saldos das disponibilidades que foram recebidas do exercício anterior e os que serão passados para o exercício seguinte.

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstração que apresenta as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

### BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração contábil que tem, por finalidade, apresentar a posição contábil, financeira e econômica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática.

#### **BANCO DE DADOS**

Conjuntos de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas.

#### **BENS PERMANENTES**

São as despesas que o governo pode ou não executar, de acordo com a previsão de receitas. É sobre as despesas discricionárias que recai os cortes realizados no orçamento quando cai a previsão de receitas arrecadadas para o ano.

### **DOWNTIME**

Termo que é utilizado para se referir a períodos em que um sistema não está disponível.

#### **FIREWALL**

Dispositivo de segurança que monitora o tráfego de dados em uma rede de computadores.

#### **FLUXO DE CAIXA**

Demonstração que reflete o fluxo do dinheiro no caixa da empresa, ou seja, o montante de caixa recebido e gasto por uma empresa durante um período de tempo definido.

### FORÇA DETRABALHO

É a capacidade produtiva (física e mental) do colaborador que participa do processo de prestação de serviços e/ou produtos da Organização.

#### **GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Aplicação de uma arquitetura (princípios, estrutura e processo) para identificar riscos, analisar e avaliar se devem ser modificados por algum tratamento a fim de atender critérios de risco.

### GOVERNANÇA

No setor público, a governança compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (BRASIL, 2014).

#### **HTTPS**

Sigla em inglês de *Hyper Text Transfer Protocol* **Secure**, que em português significa "Protocolo de Transferência de Hipertexto Seguro".

#### INDICADORES DE DESEMPENHO

Número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho com o propósito de comparar esta medida com metas preestabelecidas.

### LICITAÇÃO

Procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato convocatório, empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

#### **MERITOCRACIA**

Sistema de recompensa e/ou promoção fundamentado no mérito pessoal.

#### **MONITORAMENTO**

Verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças em relação ao nível de desempenho requerido ou esperado.

#### **OBJETO**

Refere-se à informação, condição ou atividade que é mensurada ou avaliada de acordo com certos critérios (ISSAI 100, 26).

#### **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Fins a serem perseguidos pela organização no cumprimento de sua missão organizacional, num determinado período.

#### PARECER

É a peça textual própria que visa expor a opinião técnica e fundamentada do auditor ou servidor especialista confirmando ou retificando o teor de um documento, tendo por base a manifestação apresentada pelo auditado.

#### PARQUE TECNOLÓGICO

Restrito a sua acepção computacional (computadores, scanners, impressoras e afins).

### PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC)

Consiste em um programa interno que visa à capacitação dos servidores por meio da realização de cursos e treinamentos, previamente planejados de acordo com as necessidades de capacitação dos servidores.

### PLANO ORÇAMENTÁRIO

É uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, corram num nível mais detalhado que o do subtítulo/localizador de gasto.

#### POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Documento que contém a declaração das intenções e diretrizes gerais relacionadas à gestão de riscos e estabelece claramente os objetivos e o comprometimento da organização em relação à gestão de riscos.

#### POSTOS DE ATENDIMENTO

Criados a partir do rezoneamento eleitoral aprovado pelo Plenário do TSE em 2017 com o objetivo de remanejar algumas zonas eleitorais transformando esses locais em postos de atendimento, sem a necessidade de atuação de um juiz e de um promotor, corrigindo distorções no quantitativo de Zonas Eleitorais e gerando uma racionalização de gastos.

### **PREGÃO**

Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais ou via internet.

### PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Programa que expressa e orienta ações destinadas ao apoio à gestão e à manutenção da atuação governamental.

#### PROGRAMA TEMÁTICO

Programa que expressa e orienta a ação governamental para entrega de bens e serviços à Sociedade.

### **OUALIDADE DE VIDA**

É o grau de satisfação que um colaborador possui com as atribuições exercidas e com o ambiente em que trabalha.

#### **RESTOS A PAGAR**

São as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. Uma vez empenhada, a despesa pertence ao exercício financeiro em que o empenho ocorreu, onerando a dotação orçamentária daquele exercício.

#### RISCO

Possibilidade de um evento ocorrer e afetar adversamente a realização de objetivos.

#### **RISCO INERENTE**

Risco intrínseco à natureza do negócio, do processo ou da atividade, independentemente dos controles adotados.

#### **STORAGE**

Expressão em inglês que remete a soluções de armazenamento, gerenciamento e proteção aos dados.

#### SERVIDOR EFETIVO

É o servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral que foi aprovado em concurso público. Tombamento É um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

#### UNIDADE SETORIAL

São as unidades de gestão interna dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de determinadas unidades gestoras executoras ou órgãos.

#### **WEB**

Termo em inglês que significa teia ou rede. O significado de web ganhou outro sentido com o aparecimento da internet. A web passou a designar a rede que conecta computadores por todo mundo, a world wide web (www).

# DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA, CONFORME ESTABELECE A ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO DO IIRC.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e o Diretor-Geral asseguram a integridade do Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, referente ao exercício de 2019, bem como reconhecem ter sido aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, mediante a participação de seus gestores e da alta administração, observada a Estrutura de Relato Integrado, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa TCU nº 178/2019.

Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo

**Presidente** 

Des. Otávio Leão Praxedes

Vice-Presidente e Corregedor

Kléver Rêgo Loreiro

**Ouvidor** 

Filipe Lôbo Gomes

**Diretor-Geral** 

José Ricardo Araújo e Silva

Secretário de Administração

Carlos Henrique Tavares Méro

Secretário de Tecnologia da Informação

Cliciane de Holanda Ferreira Calheiros

Secretária Judiciária

Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira

Secretária de Gestão de Pessoas

Ney Willer Santos Silva da Palma

Assessor de Gestão Estratégica

Giane Duarte Coêlho Moura

Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

